



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**LEANDRO BRÁULIO NASCIMENTO NÓBREGA**

**O OITO DE MARÇO NAS PÁGINAS DE A *UNIÃO*:  
UMA ANÁLISE SOB AS VARIÁVEIS DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

**LEANDRO BRÁULIO NASCIMENTO NÓBREGA**

**O OITO DE MARÇO NAS PÁGINAS DE A *UNIÃO*:  
UMA ANÁLISE SOB AS VARIÁVEIS DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Monografia, apresentada à Coordenação do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

**Área de concentração:** Comunicação e Sociabilidade

**Orientador:** Prof. Dr. Luís Adriano Mendes Costa

**CAMPINA GRANDE – PB  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N754o Nobrega, Leandro Braulio Nascimento.

O oito de março nas páginas de a união [manuscrito] : uma análise sob as variáveis de gênero, raça e etnia / Leandro Braulio Nascimento Nobrega. - 2017.

64 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Luis Adriano Mendes Costa, Departamento de Comunicação Social - CCSA."

1. Mulher. 2. Discurso midiático . 3. Identidade de gênero .  
4. Comunicação de massa. 5. Diversidade .

21. ed. CDD 305.4

LEANDRO BRÁULIO NASCIMENTO NÓBREGA

**O OITO DE MARÇO NAS PÁGINAS DE A UNIÃO:  
UMA ANÁLISE SOB AS VARIÁVEIS DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Monografia, apresentada à Coordenação do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Adriano Mendes Costa

Aprovado em: 13 / 12 / 2017

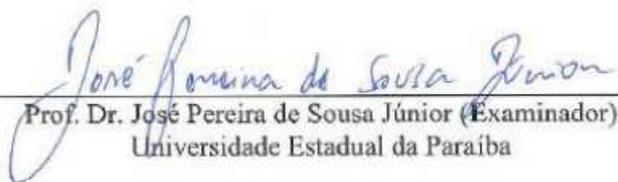
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Luís Adriano Mendes Costa (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Dra. Cássia Lobão Assis (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba

## **AGRADECIMENTOS**

Ao nosso Senhor Jesus Cristo, minha esperança.

Aos meus familiares. Pois como diz aquela canção, “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

Aos meus amigos Célio Gustavo, Geovani Pereira e Gustavo Lucena por compartilharem comigo o opróbio que foi esse parto.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Babá leva filho de patrões durante manifestação política no Rio de Janeiro.....	20
<b>Figura 2-</b> Anúncio publicitário da cervejaria Brasil Kirin alvo de protestos.....	21
<b>Figura 3-</b> Primeira página de <i>A União</i> , edição de 8 de março de 2017.....	30
<b>Figura 4-</b> Publicidade relativa ao Dia Internacional da Mulher nas páginas de <i>A União</i> .....	32
<b>Figura 5-</b> A mulher paraibana no mercado de trabalho.....	34
<b>Figura 6-</b> Mulheres e espaços de poder na Paraíba, e agenda de manifestações pelo Estado.....	39
<b>Figura 7-</b> Arte e representatividade feminina.....	43
<b>Figura 8-</b> Liderança feminina.....	46
<b>Figura 9-</b> A mulher moderna no mundo digital.....	49
<b>Figura 10-</b> Novas formas de inclusão social e a necessidade da presença da mulher na política.....	52
<b>Figura 11-</b> O toque feminino na imprensa esportiva da Paraíba.....	55
<b>Figura 12-</b> Inclusão da mulher através do esporte.....	58

## RESUMO

Esta monografia é um estudo sobre a representação da mulher com base nas variáveis de gênero, raça e etnia a partir do jornal paraibano *A União*, na edição que lembrou a comemoração do Dia Internacional da Mulher em 2017. O texto aborda: a discriminação e o racismo do qual são vítimas as mulheres e a forma com que a mídia está ligada a esse tema; a reprodução de estereótipos atrelados à identidade da mulher negra e indígena; e a maneira como os meios de comunicação podem refletir de modo equitativo a diversidade populacional feminina brasileira. Como procedimento metodológico é utilizada a análise do discurso e ainda são tomados como pontos de observações algumas temáticas do manual *Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia*, de Angélica Basthi, no que compreende às recomendações para uma boa atuação jornalística na valorização da diversidade etnicorracial e cultural do país. Na fundamentação teórica foram utilizados, entre outros, Biroli (2011), Ferreira (2000), Freire Filho (2004), Fiorin (2002), Fonseca (2000), Munanga (2012) e Santaella (2005).

**Palavras-Chave:** Mulher, Mídia, Discurso.

## **ABSTRACT**

This monography is a study on the representation of women based on the variables of gender, race and ethnicity from the Paraíba newspaper “A União” in the edition that reminded the celebration of International Women’s Day in 2017. The text addresses: the discrimination and racism to which women are subject and the way in which the media are linked to this issue; the reproduction of stereotypes linked to the identity of black and indigenous women; and how the media can reflect equitably the diversity of the Brazilian female population. As a methodological procedure is used discourse analysis and are taken as observation points some thematic of the “Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia”, from Angelica Basthi, in comprising the recommendations for good journalistic performance in valuing diversity ethnicorracial and cultural of the country. Biroli (2011), Ferreira (2000), Freire Filho (2004), Fiorin (2002), Fonseca (2000), Munanga (2012) and Santaella (2005) were used in the theoretical basis.

**Keywords:** Woman, Media, Discourse.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2.</b>	<b>APONTAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	17
2.1	UM POUCO DE HISTÓRIA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	17
2.2	O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E ESTEREÓTIPOS....	23
<b>3</b>	<b>MULHERES DO OITO DE MARÇO: IMAGENS E TEXTOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA</b> .....	29
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62

## 1. INTRODUÇÃO

A atuação da mídia, na qual a atividade jornalística está incluída, é determinante para a gestação de visões de mundo sobre os indivíduos e a sociedade. Nesse horizonte de discussão, a presença dos afro-brasileiros na mídia nacional esteve historicamente pautada pelo reforço de estereótipos negativos. Ora as características visuais do corpo do negro eram colocadas em evidência (a cor da pele, o tipo de cabelo, as feições do rosto), ora se processava o imaginário social do negro preguiçoso, passivo, pobre, sujo, feio, burro e incapaz. Todavia, essa mídia pode atuar, através de suas diversas linguagens e discursos por elas propagados, como contraponto a inferiorização da imagem do negro.

Um caminho a seguir é o da valorização da identidade racial, social, política e cultural do negro por meio do resgate de sua herança cultural, afirmando-a qualitativamente e assumindo um discurso que fale de autoestima, cidadania e consciência racial. Dessa maneira, é necessário ao discurso que alcança a mídia de forma geral, e em particular outras linguagens como a publicidade, o cinema e a novela, oferecer informações com valor de referência para além daquelas tomadas como natural a fim de combater a desvalorização estética e as pretensas poluição moral e inferioridade racial dos afro-brasileiros.

No jornalismo, os manuais e guias de redação, além de descreverem o estilo próprio dos veículos ao qual estão ligados, são os recursos mais utilizados para orientar os profissionais da área quanto aos procedimentos comportamentais, técnicos e até ideológicos a serem seguidos em relação a determinados assuntos. O objetivo da adoção desse recurso é garantir um padrão mínimo e uniforme de qualidade ao material noticioso e informativo produzido pelas empresas de comunicação e mídia. De acordo com Carpino (2002, p. 101), os objetivos dos manuais de redação brasileiros são:

compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas.

Com base em discussões acerca do papel da imprensa e dos meios de comunicação em relação à disseminação e conseqüentemente no combate a uma lógica de pensamento racista e

discriminatório é que se pensa na função do jornalismo, a atuação dos profissionais que executam atividades inerentes ao exercício profissional dessa atividade e a construção de um arcabouço de perspectivas teóricas que ajudem numa melhor compreensão dessa questão.

O objetivo do jornalismo é informar a coletividade sobre acontecimentos de interesse social, político, econômico e cultural com base em critérios e fundamentações tomadas a partir da verdade dos fatos, ou seja, da imparcialidade. Contudo, a construção da informação é permeada por interesses variados, de modo que a realidade não se enquadra na simples transcrição dos fatos. O real é sempre construído. De acordo com Charaudeau (2013, p. 95), a construção do sentido de discurso resulta de um processo em que ele nunca é transmitido em conformidade total com a instância de recepção:

Ele passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. [...] O acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível.

Nesse sentido, o discurso, de acordo com Fiorin (2002, p. 24), “não reflete uma representação sensível do mundo, mas uma categorização do mundo, ou seja, uma abstração efetuada pela prática social. A percepção pura não existe”.

O jornalismo, nesse contexto, tanto é disseminador e analista de informações como canal preponderante na formação da opinião pública. O profissional jornalista atua, assim, na alimentação do imaginário da sociedade e na construção de identidades sociais, e, na educação, transforma o conteúdo que produz em fonte de novos conhecimentos. A mídia, dentro desse panorama, tem como um de seus maiores desafios históricos suplantar padrões normativos de sub-representação a fim de contribuir para a desconstrução de “crenças, costumes, valores e práticas que reforcem a estrutura social racista, sexista e etnocentrista” (BASTHI, 2011, p. 36) e que são reveladores da persistência das desigualdades socioeconômicas verificadas no Brasil e da representatividade política existente no país. Também sobre a abordagem da mídia, Fisher (2001, p. 59) salienta que “a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades visuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças”.

O manual Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia, de Angélica Basthi, lançado em 2011, movimenta-se na direção da construção de novos discursos, com especial atenção ao tratamento dado às mulheres nas práticas e processos midiáticos da sociedade brasileira contemporânea. A publicação é fruto de parceria entre a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas e a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Ancorada na proposta de construção de uma mídia plural e igualitária, a obra é uma ferramenta cujo objetivo é auxiliar jornalistas (que desempenham as funções de produção, reportagem, redação, edição e direção de redação) e estudantes de jornalismo na tarefa de cobrir os temas com recorte de gênero, raça e etnia no dia a dia da imprensa, conforme detalhamento presente na introdução do livro:

O objetivo deste “Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia” é oferecer instrumentos para que os/as jornalistas, no exercício de suas variadas funções nas redações de rádio, jornais, revistas, televisão e mídias digitais, sejam promotores e promotoras da equidade de gênero, raça e etnia a cada pauta jornalística. Visa, portanto, contribuir para a construção de um Jornalismo plural, ético e alinhado à meta do fortalecimento da democracia sólida e consistente no Brasil. E instigar profissionais de imprensa a responder perguntas cruciais no dia a dia: como agir no momento da seleção de novas histórias para a cobertura jornalística? (BASTHI, 2011, p. 14).

Tendo à frente a ONU Mulheres e a FENAJ, a estruturação desse manual descende de uma série de ações conjuntas de entidades comprometidas com o fim do racismo e a busca da equidade de gênero, bem como propor uma reflexão crítica acerca da desigualdade de tratamento concedida às mulheres ainda presente na mídia. Para tanto, apresenta sugestões e contribuições para a imprensa brasileira de como uma notícia com recorte de gênero, raça e etnia pode ser trabalhada e apresentada ao público (quais palavras escolher para textos ou sonoradas?, como promover a diversidade a partir da pessoa que será entrevistada?, qual imagem, foto ou ilustração será selecionada?, qual o espaço e/ou sob qual formato um trecho de fala deve ser destacada?). Além da apresentação e introdução, no *Guia* constam cinco capítulos, a saber:

A primeira parte desta publicação apresenta as diferentes experiências vividas pelas mulheres em cinco temas cruciais para a igualdade de gênero com o objetivo de visibilizar alguns aspectos do impacto da raça e da etnia: mercado de trabalho, saúde, enfrentamento da violência contra a mulher, espaços de poder e intolerância religiosa. A segunda parte propõe, a partir da leitura conceitual, refletir sobre como construir uma perspectiva de gênero, raça e etnia no Jornalismo. A terceira parte identifica algumas crenças e mitos sobre as mulheres e sobre as populações negra e indígena que, por

fazerem parte do senso comum, interferem na produção midiática. A quarta parte oferece algumas sugestões e dicas de como fazer uma cobertura jornalística qualificada sobre gênero, raça e etnia no dia a dia. A quinta e última parte disponibiliza os principais marcos legais nacionais e internacionais relacionados a gênero, raça e etnia e algumas fontes nas quais os/as jornalistas podem ter fácil acesso a estudos, estatísticas e informações em geral sobre essa temática. (BASTHI, 2011, p. 15).

Portanto, diante de questões relacionadas ao estudo da população negra no Brasil e sua relação com a mídia e as formas pelas quais os meios de comunicação podem combater a discriminação e o racismo, este estudo tem como objetivo geral analisar a constituição discursiva relacionada à representação da mulher, especialmente a negra e indígena, nas páginas do jornal impresso *A União*, edição do dia 8 de março de 2017, com base nas variáveis de gênero, raça e etnia.

A pesquisa intenta verificar se a publicação em questão investe na reprodução de estereótipos atrelados à identidade da mulher ou se se permite refletir de maneira equitativa a diversidade da população do país, corrigindo, dessa maneira, uma falha da imprensa nacional no que diz respeito a esse tipo de representatividade.

O corpus da pesquisa é composto da edição do dia 8 de março de 2017. *A União* é um periódico estatal paraibano editado na capital João Pessoa e com mais de 120 anos de circulação. A escolha dessa edição do periódico se deu em razão da esperança em encontrar conteúdos especiais devido ao fato desta data representar a comemoração do Dia Internacional da Mulher. Para este trabalho, faz-se uso da Análise do Discurso (AD) e foram tomadas como pontos de observações as seguintes temáticas sugeridas pelo *Guia* de Angélica Basthi: mulheres e mercado de trabalho, mulheres e saúde e mulheres nos espaços de poder, assim como os itens referentes às recomendações para uma boa atuação jornalística no que compreende a uma representação adequada da mulher e o exercício de uma boa prática jornalística nas redações e na mídia com a valorização da diversidade etnicorracial e cultural do país.

Um modo de compreender o que é representação é entendê-lo como uma forma de percepção e explicação da realidade a partir de discursos e/ou imagens, por exemplo. A correspondência da representação com o real não é tomada a partir do seu valor de verdade, isto é, por meio da construção de uma imagem perfeita, espécie de reflexo. Nesse sentido, pode-se dizer que a representação se sobrepõe a tradicional medição entre real e não-real. De acordo com Pesavento (2008, p. 41):

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Acerca da necessidade de uma abordagem contempladora de gênero, raça e etnia no campo das práticas, representações e linguagens da mídia, Basthi (2011) defende que somente assim é possível também superar distorções vinculadas ao tratamento desigual oferecido às mulheres de forma geral e às mulheres negras e indígenas em particular, seja relacionando-as ao universo ocupacional e atuação, seja do ponto de vista da imagem veiculada. Somente assim “a mídia poderá superar essas distorções e contribuir para a consolidação de um país mais igualitário e democrático” (BASTHI, 2011, p. 37).

No Brasil, pode-se afirmar que a necessidade de concepção de uma mídia contrária ao tratamento preconceituoso, desigual e discriminatório às mulheres, em especial às mulheres negras, advém, em grande medida, da demanda existente em relação à aplicação efetiva da Lei 10.639/03 como forma de combate aos estereótipos e ao racismo no âmbito educacional, social e também dentro de uma perspectiva midiática. Essa lei tornou obrigatória a inclusão da temática História e Cultura dos afro-brasileiros e da África no sistema educacional de Ensino Fundamental e Médio brasileiro. Tal medida, ao alertar para o papel e o espaço que deve ser reservado à História da África e dos afro-brasileiros em meio às temáticas e conteúdos abordados nos livros didáticos e sobre a necessidade de formação acadêmica específica nessa área, propiciou um redimensionamento dos debates e reflexões a respeito do tema do racismo, da discriminação e da intolerância, com incidência inclusive na formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo.

Desde 2008, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2008) apregoa a defesa do combate à prática de perseguição ou discriminação por motivos como o de gênero e racial. No entanto, é preciso fazer valer o compromisso do tratamento igualitário, enxergando na superação das barreiras impostas pelo etnocentrismo, o racismo e o sexismo, por exemplo, mesmo quando se apresentam apenas sutilmente, como um passo para a consolidação de uma imprensa plural.

A discussão da relação entre mídia e os conteúdos de gênero, raça e etnia envolve principalmente dois aspectos: o registro histórico dessa temática no cotidiano dos meios de comunicação brasileiros e sob quais perspectivas é possível construir uma nova mídia, que seja plural, inclusiva e isenta de discriminações e estereótipos.

No Brasil, as discussões acerca de um olhar crítico sobre a cobertura dos meios de comunicação nas abordagens relacionadas a gênero, raça e etnia descendem, entre outros fatores, de uma nova perspectiva educacional estruturada em contraposição a um olhar eurocêntrico que por anos baseou os programas de ensino das escolas brasileiras. Essa nova perspectiva está fundamentada em uma pedagogia inclusiva, multicultural e de incorporação da temática da diversidade cultural, etnicorracial e de gênero nos currículos escolares.

A fundamentação teórico-metodológica utiliza a Análise do Discurso (AD). A AD opõe-se ao procedimento interpretativo que acolhe a presença do sentido unívoco entrelaçado às palavras (enunciados ou textos), abarcando a possibilidade de expressão clara e totalmente recuperável da(s) intenção(es) de um falante e que desconsidera o ambiente social de surgimento de um discurso. O sentido não é fechado ou exato. Pode-se dizer, portanto, que é sempre incompleto. Nas palavras de Possenti (2007, p. 360):

A AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor; com a de um sentido originário a ser descoberto; com a concepção de língua como expressão das idéias de um autor sobre as coisas; com a concepção de texto transparente, sem intertexto, sem subtexto; com a noção de contexto cultural dado como se fosse uniforme.

O que se evidencia com a Análise do Discurso, portanto, é a desconstrução do discurso respaldado pela noção de maquinaria discursiva fechada, o que permitiu não só uma guinada na formulação teórica, mas possibilitou, sobretudo, a continuidade do aprofundamento das investigações epistemológicas ao acrescentar certas reformulações, especificamente no que diz respeito à ideia de homogeneidade atribuída à noção de condições de produção do discurso que é definitivamente abandonada, no reconhecimento da não neutralidade da sintaxe; à noção de enunciação que passa a ser abordada e as reflexões sobre heterogeneidade enunciativa que levam à discussão sobre o discurso-outro. A partir do apontamento, em especial, desses últimos aspectos, a linguagem em uso passa a ser submetida a contextos mais amplos de investigação linguística, conforme expõe Brait (2005, p. 22-3):

A percepção da linguagem e da possibilidade de estudá-la levando-se em conta a historicidade, os sujeitos, o social, sem dúvida, provocaram profundas mudanças [...] ocasião de um salto qualitativo no sentido de observar a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático, abstrato, invariável, ou, por outro lado, no que de fato tem de individual e absolutamente variável e criativo, mas de observá-la em uso, na combinatória dessas duas dimensões, como uma forma de conhecer o ser

humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens.

No processo de análise discursiva, portanto, a pretensão é interpretar os sentidos estabelecidos em formas de produção verbal ou não verbal. Nesse caso, o linguístico está articulado com o social e o histórico, interessando mais o sentido produzido que o conteúdo do texto em si. Dessa maneira, para a AD, a linguagem vai além do texto escrito porque ecoa sentidos pré-construídos.

Objetivo da AD é revelar o funcionamento do discurso, buscando uma nova interpretação ou outra leitura. Ele não intenciona mostrar o que é certo. Nesse movimento de construção de significados, o analista é um intérprete cuja leitura discursiva igualmente está influenciada por elementos como afeto, posição, crenças, experiências e vivências. Dessa maneira, nenhuma interpretação é absoluta e única, mas, sim, produtora de um sentido.

## 2. APONTAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Todo estudo que se debruçar sobre a formação social e cultural do Brasil deve considerar as relações desenvolvidas em território nacional desde os tempos de sua fundação entre os elementos culturais de três origens primordialmente: culturas nativa (indígena), europeia, de matriz católica, e africana, uma vez que os “[...] quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país” (MOURA, 1988, p. 124). No tocante a investigação da contribuição dos elementos culturais africanos no espaço brasileiro desde o período escravocrata até os dias atuais (aspectos linguísticos, artísticos, indumentários, culinários, tecnológicos, filosóficos, teológicos e religiosos), o intento representa um avanço na construção de um currículo e uma prática multicultural que realmente promova o diálogo e o respeito à diversidade étnica e cultural.

A inclusão de temas concernentes à Cultura e História Afro-Brasileira nos currículos de ensino educacional e, por conseguinte, na agenda midiática, torna-se, dessa forma, um desafio proporcional à amplitude do patrimônio herdado da população negra na história da sociedade brasileira, seja na esfera cultural, política ou econômica do país. Essa é também uma iniciativa ousada em razão da trajetória de homens, mulheres e crianças negras ter sido por anos reproduzida e massificada em nossos espaços escolares e na imprensa, tanto em âmbito local quanto nacional, a partir de visões estereotipadas e negativas que relegaram qualquer valorização da participação da população negra na construção material e cultural do Brasil.

A renitente permanência da discriminação pelas práticas discursivas do cotidiano cultural brasileiro reitera a circulação de estereótipos repletos de conteúdos cheios de preconceito, aversões e hostilidades a grande parte da população brasileira, condensando no discurso midiático uma prática social impregnada de sentimentos negativos. Acerca da possibilidade de verificação de experiências do cotidiano nos discursos, Fiorin (2002, p. 55) defende que:

A linguagem tem influência também sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a

linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais.

Um exemplo disso ocorreu com os espaços ocupados por personagens afrodescendentes no cinema brasileiro. Historicamente, a ficção fílmica brasileira produzida sustentou uma rede de sentidos depreciativos, também evidentes em outros discursos, que, de acordo com processos advindos do ideário do regime escravocrata, legitimou a exclusão do negro da cidadania e da construção da identidade nacional. Sobre essa questão, pontua Fonseca (2000, p. 92):

É pertinente observar que em decorrência do modo como a sociedade brasileira lidou com a questão escravocrata, as imagens de negros e de negrura continuam a ser modeladas por uma gama imensa de preconceitos que podem ser percebidos em diferentes lugares sociais ainda que, muitas vezes, encobertos por eufemismos.

A partir desse panorama explica-se, por exemplo, a figuração do negro sem identidade, passivo e marginalizado nas representações do cinema, pois tido como selvagem, bruto e de raciocínio curto, ele possuiria uma natureza propícia a desempenhar certas atividades que demandam um tipo de força que só ele tem. É uma crença que se desenvolve desde a era pós-abolicionista quando ex-escravos e seus descendentes, vitimados por intensa pobreza e preconceitos, desprotegidos de qualquer política de integração à sociedade, passaram a ter ocupações degradantes e mal remuneradas. É isso que também explica a aparição do negro na mídia, ainda que nem sempre explícitas, com uma imagem de preguiçoso, burro, feio, violento, marginal, servil, incompetente e intelectualmente inferior. Diz Fonseca (2002, p. 94-95):

Mesmo em configurações que se querem afastadas de preconceitos e com as quais se busca assegurar o direito de o negro se colocar como sujeito do seu discurso, percebem-se figurações herdadas do sistema de compartimentação própria da sociedade escravocrata. Ainda quando se quer transgredir a tipificação do chamado homem de cor e ultrapassar os estereótipos negativos que configuram a sua marginalização, as representações de negro tendem a cair nas armadilhas de justificativas ou na idealização de qualidades. A estética do atleta vigoroso ou da mulata exuberante e sensual serve bem a esse propósito. Percebe-se que a distância entre a posição que pretende justificar a exclusão do negro e a que o celebra, desde que assuma um lugar predeterminado, é, às vezes, insignificante. Daí, o perigo de se fortalecer numa visão que aprisiona o negro em lugares em que sua identidade só pode ser delineada através de utopias e anacronias que desarticulam a sua efetiva integração na sociedade como cidadão.

Assim, essa tendência de subvalorização do negro evidencia que ele foi, num sentido geral, relegado ao ajuste possível na nova ordem social, a favor do acaso e engrossando a maioria dos excluídos hoje presente nos grandes centros urbanos, como também explica Fonseca (2000, p. 96-97):

Em decorrência desse processo, a estigmatização da população negra consolida-se por uma gama de preconceitos nascidos do fato de o negro ter ficado umbilicalmente associado a ocupações que passaram a ser definidos, na grande maioria das vezes, pela cor de quem as executa. Por tal motivo, ao longo da história da formação do povo brasileiro, o negro continuou a ser reconhecido por códigos que definem e justificam a sua presença em tarefas mal remuneradas que o impedem de alcançar uma real integração à sociedade a que pertence.

Um caso recente de repercussão social e que dividiu opiniões na mídia aconteceu em março de 2016, quando milhares de manifestantes foram às ruas do Brasil protestar a favor da saída da presidenta Dilma Rousseff do cargo da presidência da República. Na ocasião, a imagem que correu as redes sociais e foi divulgada em sites e blogs noticiosos era a de um casal vestido de verde e amarelo se dirigindo à praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Na foto polêmica (Figura 1), o casal é acompanhado por uma babá negra que leva os filhos dos patrões em um carrinho de bebê. Uniformizada com roupa branca, o vestuário da babá é demarcador de sua condição de trabalhadora doméstica.

**Figura 1- Babá leva filho de patrões durante manifestação política no Rio de Janeiro**



Fonte: João Valadares/CB/Da Press – site Jornal Extra

Discursos amparados apenas na fotografia proliferaram práticas discriminatórias e racistas sobre a figura dos patrões e de apoio à empregada. No que concerne às abordagens integradas àquele fato em questão, destaca-se a força da mídia envolvida com a temática etnicorracial e de gênero. A imagem foi ilustrativa para diferentes tipos de debates. Entre as discussões, houve quem a associasse às desigualdades sociais brasileiras. Outros a trataram como símbolo das condições de subemprego a que são submetidas as mulheres negras no país. Alguns defenderam o trabalho da babá durante manifestação.

Outro fato de repercussão, desta vez na publicidade, ocorreu com peça publicitária veiculada em 2011 e envolveu a cervejaria Brasil Kirin (Figura 2). Na época, a empresa fez circular na imprensa escrita uma campanha publicitária para divulgar a bebida alcoólica “Tropical Dark”. Na peça em questão, lia-se o slogan “É pelo corpo que se conhece a verdadeira negra”, que estava ladeado pela ilustração de uma mulher negra, em um vestido

vermelho bastante decotado. Essa é uma imagem representativa porque remete à sensualidade da mulher tanto a partir do gestual quanto do vestuário. Toda a concepção da peça publicitária evoca o imaginário da negra enquanto objeto de desejo, de modo que fica mais evidente o “corpo” da mulher ao invés da cerveja preta que é objeto da enunciação.

**Figura 2- Anúncio publicitário da cervejaria Brasil Kirin alvo de protestos**



Fonte: Site Meio e Mensagem

Na ocasião, além do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que abriu processo contra a empresa acusando a peça de publicidade abusiva – no tocante à discriminação de gênero e valorização de estereótipos racistas –, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) recomendou a supressão do referido slogan ao sugerir que ele indicaria racismo, machismo e sexismo. Como resposta, a Brasil Kirin disse, por meio de comunicado, que “conduz seu negócio com respeito e ética a todos os seus públicos e consumidores”. Durante o episódio, nota encaminhada à imprensa pelo DPDC dizia que “a campanha é, de fato, abusiva porque equipara a mulher negra a um objeto de consumo, por meio da comparação entre seu corpo e um produto”. Já o diretor do DPDC, Amaury Oliva, falou ao jornal *Gazeta do Povo* sobre o porquê da abertura do processo administrativo:

Na sociedade de consumo, a publicidade é um indicativo do padrão ético adotado pelas empresas para a oferta de produtos e serviços. Não se pode

admitir que para vender um produto sejam utilizadas mensagens discriminatórias, que reforçam estereótipos de gênero e étnico-raciais e contribuem para aprofundar desigualdades.

Nas narrativas jornalísticas imagéticas onde as mulheres são tratadas como objeto sexual, e portanto de forma pejorativa, quer seja por omissão, quer seja por exibição explícita, há uma visível exposição da autoridade masculina, como que estimulando a permanência de um estigma e reforçando o preconceito que legitima a exclusão e faz perceber uma suposta naturalidade da hierarquização da população branca sobre a negra e a indígena. Sobre esse tipo de tratamento, defende Basthi (2011, p. 40):

O sexismo produz um olhar perverso sobre a mulher, cuja imagem é a do objeto para consumo sexual, símbolo da sedução, descartável, superficial, submissa, sem autonomia sobre sua vida (e seu próprio corpo) e destinada a um papel secundário na sociedade.

Fonseca (2000, p. 92) esclarece acerca dessa compreensão que limita negros a partir de visões que endossam perspectivas estereotipadas construídas com base na forma como a sociedade lidou com a escravidão e posteriormente com os descendentes de escravos:

Muitos dos traços que continuam a legitimar preconceitos existentes na sociedade brasileira ligados à cor de pele, às feições do rosto, ao tipo e cabelo e a uma gama infindável de elementos que qualificam ou desmerecem o indivíduo, têm sua origem num processo configurado pela mercantilização da escravidão, que transforma o africano em coisa, objeto de escambo ou de troca monetária. Mas é preciso destacar que são os mesmos traços que fortalecem argumentos sobre a pretensa inferioridade dos africanos que, aos poucos, vão sendo transformados em símbolos da identidade de espaços que, como o Brasil, são herdeiros da diversidade étnica que os navios negreiros trouxeram para garantir o sucesso das atividades desenvolvidas nas terras do Novo Mundo.

Nesse contexto, é preciso tratar da questão racial motivando outras leituras acerca da contribuição histórica e cultural dos afrodescendentes e indígenas para a formação da sociedade brasileira a fim de que mais próximos das esferas decisórias e do protagonismo cultural, eles rompam com as estruturas discursivas de discriminação, preconceito e racismo.

## 2.2 O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E ESTERÓTIPOS

Os meios de comunicação na atualidade desempenham importante papel na produção e manutenção de ideias e de representações compartilhadas no mundo social. Essa situação é herdeira dos impactos da Revolução Industrial e do surgimento de instrumentos de produção de bens simbólicos.

Com a chegada de uma nova etapa no sistema de produção mundial capitalista, desenvolveu-se, como consequência da irrupção da Revolução Industrial, uma nova forma de produção de bens simbólicos. Agora, as máquinas também abarcam a geração e reprodução de novas linguagens de comunicação. De acordo com Santaella (2005, p. 11), a prensa mecânica, a fotografia e o cinema, por exemplo, “são máquinas habilitadas para produzir e reproduzir linguagens e que funcionam, por isso mesmo, como meios de comunicação”. Esse panorama, defende a autora, foi o responsável por instaurar um ponto de ruptura cultural a partir da inauguração da atuação dos meios de comunicação de massa ou comunicação massiva. É esse o contexto em que a experiência social contemporânea tornou-se fundamentalmente mediada por aparatos técnicos que difundem conteúdos de forma massiva. Assim, as imagens às quais temos acesso nascem então da fusão entre a realidade direta (o mundo real) e o mundo contado pela mídia (das telas de TV, da internet e pelas páginas de jornal e revistas).

Nessa conjuntura, enquanto a comunicação de massa assumiu o lugar de principal modeladora de visões de mundo, o indivíduo passou a ter dificuldades de construir representações próprias da realidade. Carente dessa capacidade, ele foi acometido por um sentimento de perda simbólica e ficou, a partir de então, condicionado a um processo de realidade pré-construída. Dessa maneira, publicidade, rádio, revista, jornal, televisão, internet, etc., atuam na construção dos mitos sociais (narrativas), naturalizando significados e interferindo fortemente na apreensão da realidade por parte dos sujeitos. Essa é uma situação controversa porque assegura prioritariamente a manutenção dos valores do sistema vigente, substancialmente da preservação do poder da classe dominante. Sobre a dependência cognitiva do indivíduo em relação aos meios de comunicação nas sociedades midiaticizadas, Saisi (2006, p. 166) diz que:

A decorrência é que o ser humano perde a capacidade de exercer os próprios sentidos. Os meios técnicos dominam de modo que influenciem, ou melhor, determinem a totalidade do mundo. Há, portanto, alienação, ou seja, a impossibilidade de o indivíduo criar um distanciamento crítico, pois se perde nas aparências. De cidadão, o homem passa a consumidor de imagens.

Como resultado da elevada concentração de poder simbólico na mídia, temos a predominância dos interesses de uma classe ou elite econômica e política, a homogeneização das ideias nos campos da comunicação e cultura. Dito de outro modo, enraíza-se o triunfo do discurso único e um abalo na centralidade das identidades culturais dos indivíduos. Diz Saisi (2006, p. 174), com base nas ideias do filósofo Jean Baudrillard: “São as empresas de comunicação que selecionam as informações e as apresentam como notícias. [...] A decorrência é o esvaziamento e a perda da capacidade do indivíduo em ser ator de sua história”.

Nesse ambiente, a mídia atua como agente propagador de representações unilaterais e homogêneas da realidade, a qual é encarada como sendo a própria realidade ou o que de fato importa dela. Os meios de comunicação de massa, dessa forma, disseminam representações daquilo que somos ou podemos nos tornar, o que corresponde à naturalização de características e competências. É dentro dessa perspectiva que surgem os estereótipos, os quais participam da constituição identitária dos indivíduos e dos grupos.

A construção de estereótipos e preconceitos é favorecida pelo modo de perceber e enxergar o mundo com base na visão de um único grupo ou modelo de sociedade. É o que se chama de etnocentrismo, que, de acordo com Basthi (2011, p. 34), é

um fenômeno baseado na crença da superioridade de um grupo sobre outro, seja pelo julgamento a partir de diferentes hábitos, costumes, comportamentos, valores, crenças, etnias ou raças, seja a partir da localização geográfica, da condição sócio-econômica ou da exclusão ideológica.

Torna-se assim o etnocentrismo um impeditivo ao reconhecimento de que é possível existir outros padrões de organização social e outros referenciais de cultura. É, portanto, essa a prática ideológica que dissemina a exclusão e a opressão.

Os estereótipos são um aspecto integrante da própria dinâmica social de construção das identidades. Eles são responsáveis por definir caráter, personalidade e disposições individuais. Os estereótipos estabelecem julgamentos e pressupostos sobre o comportamento, a visão de mundo e a história das pessoas. Eles “expressam a manutenção e reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração” (FREIRE FILHO, 2004, p. 47). Com os estereótipos, grupos e estratos de grupos dominantes impõem sua visão de mundo.

As simplificações colocadas em curso pelos estereótipos estariam em contradição com a realidade de fato, que aqui poderíamos tomar, provisoriamente, como algo equivalente à vivência concreta dos indivíduos e grupos sociais quando afastada de imagens equivocadas. Dito de outra forma, entender que os estereótipos são distorções equivale a vê-los como uma espécie de nuvem de fumaça que impede o acesso à realidade, mas que, ainda que fique impregnada por algum tempo aos objetos, poderá ser afastada. (BIROLI, 2011, p. 76).

O estudo do conceito da palavra *estereótipo* está associado aos debates e análises dos processos, práticas e construções do “Outro”, especialmente quando trata da veiculação de representações desfavoráveis e danosas de grupos minoritários. Nesse sentido, a identidade do Outro é transformada em algo não concreto e não individual. Portanto, a palavra estereótipo deriva do grego *stereós* (“sólido”) + *týpos* (“molde”, “marca”, “sinal”). Ou seja, seria algo como uma marca firme. Uma das acepções da palavra estereótipo toma para si a noção de construção simbólica elaborada de maneira inadequada, incorreta, contrária ao equilíbrio racional e resistente à mudança social. Essa dimensão de resistência aponta geralmente para a dimensão dos conflitos sociais. Os estereótipos estão, dessa maneira, ligados à distorção, falsidade ou irrealidade.

Compartilhados entre um grande número de pessoas, os estereótipos (comportamentos e bordões, por exemplo) tornam-se referência comum a indivíduos socialmente diversos (por classe, ocupação, sexo, raça, idade). Eles estão sempre comprometidos com certos objetivos. A atribuição de traços específicos de personalidade, indumentária, linguagem verbal e corporal supostamente imputados pela natureza exerce um papel significativo na constituição de um discurso do senso-comum que reduz a diversidade de um povo, uma raça, um gênero ou uma classe social a poucas características.

Funcionando como propagadores privilegiados dos estereótipos, os meios de comunicação reproduzem informações e visões homogêneas que consolidam pontos de vista dominantes, legitimando rótulos e colaborando para a representação distorcida de identidades sociais referentes a classes, gêneros, sexualidades, raças, etnias e nacionalidades. A construção desse discurso social disseminado pelos meios de comunicação, atinge as noções de representação de gênero, como o feminino. Através de seus variados produtos e formatos, o espaço da mídia faz circular, por exemplo, noções de feminilidade, impactando fortemente o processo de socialização dos indivíduos, conforme mostra Swain (2001, p. 13): “Além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero

constroem e esculpem os corpos biológicos não só enquanto sexo genital, mas igualmente moldando-os e assujeitando-os a práticas normativas”.

A escolha consciente do conteúdo jornalístico é o que deve permear uma abordagem equilibrada, plural e equitativa quando o assunto é a representação de gênero com as variáveis raça e etnia, defende Basthi (2011).

Começa com o compromisso ético profissional de combate à relação desigual de poder entre as mulheres e os homens e de subordinação das mulheres. Começa com a mudança do padrão nas narrativas e nas imagens escolhidas para a transmissão da equidade de gênero na mídia, nas quais as mulheres negras e indígenas passam também a ganhar destaque. Começa com o reconhecimento de pautas, coberturas e análises sobre problemas específicos que afetam esses grupos. Começa quando jornalistas passam a respeitar as mulheres negras e indígenas como fontes qualificadas para ilustrar qualquer tipo de reportagem. Começa quando profissionais da imprensa assumem o propósito de visibilizá-las positivamente por meio de textos, sonoras e imagens na mídia. Começa na medida em que um noticiário plural, promotor da cidadania, da igualdade e da justiça e demarcado pela diversidade de gênero, raça e etnia passa a ser uma meta diária de toda a equipe de Jornalismo. (BASTHI, 2011, p. 37).

Acerca da noção de gênero adotada neste estudo, a despeito da multiplicidade do gênero feminino especialmente posto em evidência com a emergência dos movimentos e estudos feministas, assume-se a perspectiva teórica relacionada ao desenvolvimento de papéis e relações sociais construídas entre homens e mulheres a partir de comportamentos que os definem como machos ou fêmeas em circunstâncias sociais e culturais específicas (SCOTT, 2010). Isto é, a categoria mulher como representante do gênero feminino é o foco do nosso estudo. Ao tratar dessa categoria, Basthi (2011, p. 33) defende que a perspectiva de gênero no jornalismo serve para identificar e propor soluções para as diferenças de poder entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres: “É colocar em xeque valores, atitudes, costumes, práticas e comportamentos que validam a suposta autoridade masculina e denunciar as profundas desigualdades de gênero nos espaços público e privado”.

A denominação identidade negra ou afro-descendente engloba a negritude não como categoria biológica, mas sócio-histórica e pela condição social do negro num universo racista devido à cor de sua pele, defende Munanga (2012). Quando se pensa no discurso sobre identidade negra, defende esse autor, só é possível enxergá-lo em meio a um contexto de pensamento multicultural, isto é, do público reconhecimento da existência das diferenças no centro de uma nação. A definição dessa identidade, que é coletiva, referenda o

reconhecimento de uma condição histórica da qual foi vítima toda uma comunidade de homens e mulheres que foram inferiorizados e tiveram sua humanidade plena negada, considerando o percurso histórico da civilização ocidental.

Do ponto de vista da teoria social, identidade é fonte de significados. Trata-se do ato de construção de sentidos e produção, por parte de um ator social, da ideia do que se é. A base desse processo é a identificação simbólica originada e construída à luz da relação entre subjetividade e relações sociais. Sobre isso, assevera Castells (1999, p. 23): “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”.

Como fator decisivo na constituição da identidade da comunidade negra, Munanga (2012) chama atenção para o ponto de vista da consciência histórica, a partir da qual desponta a possibilidade de rompimento com visões depreciativas do negro advindas de desigualdades raciais ocasionadas por processos discriminatórios, e novas abordagens e posturas epistemológicas acerca de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro:

No processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em ‘nosso’ imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. (MUNANGA, 2012, p. 10).

A negritude, dessa maneira, funciona também como instrumento de confirmação e construção de uma irmandade entre as vítimas. Acerca do significado da identidade negra, Munanga (2012, p. 12) afirma que:

É importante frisar que a negritude embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente biológica. De outro modo, a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença da pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude ou a identidade negra se refere à história comum que o olhar do mundo ocidental ‘branco’ reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos portadores de pele negra, que aliás, são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas.

Ainda segundo Munanga (2012), figuram também como fatores constitutivos da identidade negra a cultura (religiões, artes, medicina, tecnologias, ciências, educação, visões de mundo, etc.), e as línguas, que, mesmo perdidas no contexto escravista, resistem, por exemplo, nos falares e nas cantigas religiosas dos espaços de cultos de matrizes africanas, servindo de comunicação entre os humanos e os deuses.

### **3. MULHERES DO OITO DE MARÇO: IMAGENS E TEXTOS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

Para a imprensa que deseja assegurar visibilidade às opiniões, imagens e textos das mulheres livres de estereótipos e segundo a abordagem de gênero, raça e etnia, Basthi (2011, p. 38) propõe os seguintes critérios para seleção e produção da notícia a fim de se evitar qualquer vestígio de preconceitos e prejulgamentos no resultado do trabalho jornalístico:

- 1) assumir uma postura diversificada na escolha da pauta;
- 2) utilizar critérios de gênero, raça e etnia para escalar a fonte da matéria;
- 3) definir, em caso de situação de risco da fonte, os critérios de abordagem;
- 4) usar uma linguagem na perspectiva de gênero, raça e etnia;
- 5) optar, sempre que possível, por imagens positivas de mulheres negras e indígenas para ilustrar o conteúdo de qualquer notícia digitalizada, impressa, eletrônica ou sonora.

No jornal *A União* de 8 de março de 2017, constam treze referências ao Dia Internacional da Mulher. Além da primeira página, são sete reportagens, um artigo e três notícias.

A primeira página do periódico (Figura 3) exhibe fotos de nove mulheres que são personagens das reportagens. A partir do título colocado nessa página inicial do jornal (“Mulheres ampliam poder na sociedade”), com a leitura de título, subtítulos e imagens, depreende-se que a tônica do jornal em relação à lembrança do Dia Internacional da Mulher são as conquistas das mulheres brasileiras, as paraibanas em especial, nos últimos anos com a ampliação de presença delas no mercado de trabalho e em outros espaços de poder. A perspectiva de cobertura jornalística alinhada a partir desses dois últimos critérios ressalta a inclusão da mulher em experiências diferenciadas ao mesmo tempo em que é um indicativo temático do propósito da redução de desigualdades entre os gêneros e construção de uma sociedade mais democrática e verdadeiramente cidadã, o que é bastante relevante quando se confronta o trabalho da mídia.

Figura 3- Primeira página de *A União*, edição de 8 de março de 2017

# A UNIÃO

Ano CXXIV  
Número 030  
R\$ 1,50  
Assinatura  
anual  
R\$ 200,00

João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 8 de março de 2017

124 ANOS - PATRIMÔNIO DA PARAÍBA

www.paraiba.pb.gov.br

auniaopb.gov.br

facebook.com/uniao govpb

Twitter > @uniaogovpb

Foto: Divulgação/GOL

## Paraíba ganha primeiro voo internacional

Convênio assinado entre o governador Ricardo Coutinho e a GOL Linhas Aéreas vai incrementar o turismo paraibano com voo semanal de João Pessoa para Buenos Aires. **Página 3**

### Políticas

#### Concessões à iniciativa privada devem somar R\$ 45 bilhões

Novos projetos para portos, rodovias, ferrovias e energia anunciados pelo presidente Michel Temer prometem gerar 200 mil novos empregos. **Página 14**

### Paraíba

#### Gestoras se destacam na administração pública

Mais de 20 mulheres são responsáveis por tomadas de decisões à frente do Governo do Estado da Paraíba. **Página 6**

### Esportes

#### Trabalho de mulheres eleva qualidade na mídia esportiva

No beira do gramado, nas cabines ou nos estúdios, profissionais mulheres demonstram conhecimento e competência na cobertura de futebol. **Página 21**

### Vitória Lima

#### Mais um 8 de março

Ser mulher não é ser só linda, e daí? Também não é ser só sentimento e coração. Ser mulher é ser tudo isso, com uma coroa de inteligência, coragem, carisma, beleza e a dor de se saber só mulher: ser barba, ser cama, mortalha, amiga, irmã, outro parceira, ser tudo e não ser nada, a vida inteira. **Página 10**

### Mulheres ampliam poder na sociedade

Ancestralidade, defesa social, influência no cotidiano. Paraibanas assumem postos de destaque e tomam para si, cada vez mais, espaços que são seus, por direito de igualdade entre gêneros

Valentes defensoras: mulheres se destacam na segurança pública e assumem cargos na linha de combate e de comando na defesa do bem-estar social. **Página 5**

Líderes em sua essência: matriarcas potiguaras são responsáveis pela educação, organização das tribos e preservação da cultura indígena. **Página 17**

Modos de ser e de fazer: paraibanas influenciam positivamente e atraem o público de milhares de seguidores nas mídias sociais digitais. **Páginas 18 e 19**

Nas orientações do *Guia* a respeito da utilização de imagens é dada como de fundamental importância o uso de fotos ou ilustrações enfatizando mulheres negras e indígenas em lugar de destaque e posições positivas de poder. Na capa de *A União*, contudo, embora esteja presente a fotografia do rosto de três mulheres indígenas, não se enxerga a representatividade feminina negra. Essa é a invisibilidade da qual é vítima a mulher negra, que vive sob o impacto de desigualdades que ainda persistem no Brasil. De acordo com Basthi (2011, p. 18),

a luta das mulheres pela inserção de uma representação feminina isenta de estereótipos, pela adoção de uma linguagem de gênero não discriminatória e pelo reconhecimento da participação das mulheres em vários setores da sociedade não alcançará a sua plenitude sem o combate às práticas e mecanismos de exclusão racistas e etnocêntricas presentes na mídia em relação às mulheres negras e indígenas, sobretudo.

Na página 2 da edição, o Editorial de *A União* fala de medidas do Governo do Estado da Paraíba implementadas em favor das mulheres e extensivas à população negra, às comunidades tradicionais e à população LGBT, destacando avanços na administração governamental “alcançados na Paraíba para promover a inclusão e a igualdade de gênero, graças às políticas públicas adotadas a partir de 2010”.

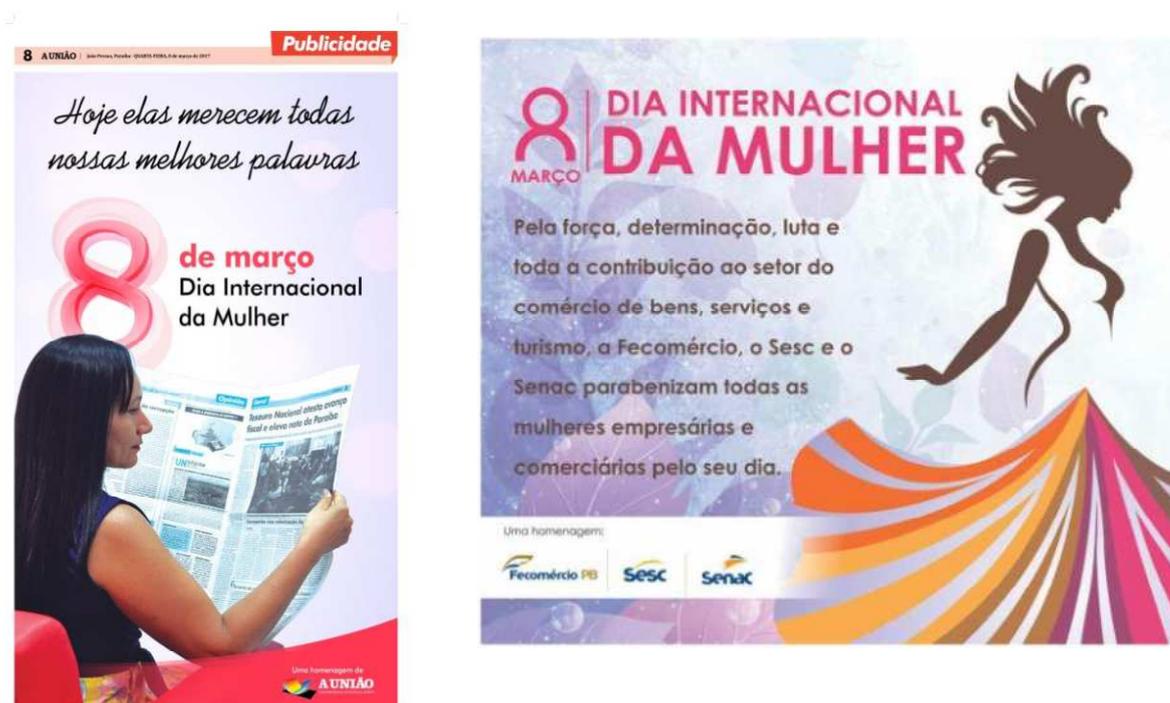
O texto destaca a criação em âmbito governamental da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade, que atua contra a violência e a discriminação da mulher, e também noticia o lançamento da campanha “Somos mulheres, temos voz e temos vez”, que, de acordo com o Editorial, “corrobora esta disposição da gestão gestual em continuar com o foco voltado para a promoção da igualdade, redução da vulnerabilidade de gênero e diminuição da violência contra a mulher” (A UNIÃO, 2017, p. 2).

Considerando os critérios para a construção de material jornalístico estabelecidos pelo *Guia*, o Editorial de *A União* é positivamente expressivo na medida em que se aproveita do ganho fornecido pelo acontecimento de grandes proporções e envolvimento social que é a comemoração do Dia Internacional da Mulher para propor reflexão com base em políticas públicas que buscam surtir efeito na superação de problemas que afetam as mulheres cotidianamente.

Em todo o jornal, contam-se duas publicidades alusivas ao 8 de março. Elas estão nas páginas 8 e 12 respectivamente (Figura 4). Em uma dessas publicidades (Figura 4, à esquerda), a imagem que aparece é a de uma mulher negra exprimindo tranquilidade, com cabelos pretos, sem partes sensuais do corpo à mostra e tendo em suas mãos um exemplar do

jornal *A União*, que é também a instituição responsável pela propaganda. A escolha dessa imagem referenda a proposta do *Guia* em contribuição à diversidade e equidade de raça e etnia ao se distanciar claramente de um conteúdo estereotipado que liga a mulher ao consumo sexista agregado ao estereótipo da mulher-objeto. Sobre como contornar esse tipo de abordagem, sugere Basthi (2011, p. 47): “Jamais adote uma linguagem que privilegie a perspectiva sexista onde o corpo da mulher e/ou sua aparência são subordinados aos desejos masculinos e/ou aos padrões naturalizados sobre o corpo feminino”.

**Figura 4- Publicidade relativa ao Dia Internacional da Mulher nas páginas de *A União***



Na segunda propaganda (Figura 4, à direita), o que sobressai é o texto atrelado à ilustração de um corpo feminino bem delineado e robusto. O texto publicitário nela contido é o seguinte: “Pela força, determinação, luta e toda a contribuição ao setor do comércio de bens serviços e turismo, a Fecomércio, o Sesc e o Senac parabenizam todas as mulheres empresárias e comerciárias pelo seu dia”. Essa redação difunde o reconhecimento frente ao público do jornal da capacidade empreendedora da mulher, agora possuidora da atitude necessária para sair de casa, trabalhar e conquistar o seu espaço na sociedade. São palavras que encontram guarida no *Guia*, pois, de acordo com ele, tem de ser evitado “o uso de adjetivos que reforcem os estereótipos sobre as mulheres” (BASTHI, 2011, p. 51). Sendo

assim, a difusão de discursos como o lido na peça publicitária possibilita enxergar e instituir novos sentidos sobre a vivência da mulher na sociedade, uma vez que está ancorado em outro modo de representação que se constitui numa abordagem midiática ímpar.

A reportagem da página 5 do primeiro caderno, alocada sob a editoria Paraíba, destaca a participação de mulheres empenhadas nos órgãos de segurança pública do Estado. Com o título “Mulheres enfrentam barreiras e se destacam na polícia da PB”, o texto principal traz um relato da carreira profissional da capitã Carla Marques, da Polícia Militar (Figura 5).

## Figura 5- A mulher paraibana no mercado de trabalho

# Paraíba

### Espaço no poder

Gilmara Tométo, que preside a Companhia Dorcas da Paraíba, é a única presidente mulher das 22 portas federais existentes no país. **Página 6**



João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 9 de março de 2017 | ANÚCIO 5

# Mulheres enfrentam barreiras e se destacam na polícia da PB

Mais de 1.600 mulheres atuam hoje na área de segurança do Estado e muitas assumem cargos de comando

**Cardoso Filho**  
josecardosfilho@gmail.com

Os órgãos de segurança pública da Paraíba possuem um grande número de mulheres nas suas fileiras. A Polícia Militar já tem mais de 700, na Polícia Civil do Estado o número se aproxima de 650 e o Corpo de Bombeiros tem mais de 110 militares mulheres. Muitas delas ocupam cargos de confiança e comandos importantes.

Algumas dessas mulheres se destacam pelas funções que exercem. Allyenn Menezes é motorista do caminhão plataforma e também do ABT - Auto Bomba Tanque. Suana Melo é presidente da Associação dos Policiais Civis da Paraíba, entidade que congrega pouco mais de mil associados, enquanto que a capitã Carla Marques é uma das responsáveis pela interação

entre Polícia Militar e a imprensa. Denise Brito, agente penitenciária, integra o Grupo de Operações.

Cada uma dessas mulheres, somadas a outras que fazem parte da força de segurança da Paraíba realizam suas funções com um importante objetivo: oferecer à sociedade a sensação de segurança e a proteção que merece.

Capitã Carla Marques ingressou na Polícia Militar em agosto de 2002, após ser aprovada no Curso de Formação de Soldado, passando a trabalhar na Coordenadoria de Inteligência do Comando Geral. Dois anos depois ingressou no Curso de Formação de Oficiais e desde então passou por várias unidades, inclusive comandou a Força Tática do 1º Batalhão.

Para a oficial da PM paraibana, que completa 15 anos na corporação, a instituição viveu alguns avanços quanto à absorção do público feminino



Capitã Carla Marques ingressou na Polícia Militar há quase 15 anos e comanda a Força Tática do 1º Batalhão

em suas fileiras. Segundo ela, por integrar uma sociedade permeada de conceitos machistas e patriarcal, a mulher acaba também enfrentando isso dentro da instituição. "Embora as mulheres te-

nham conquistado um espaço valioso dentro da PMPB, alguns colegas de farda ainda têm perspectivas equivocadas a respeito das mulheres, como se não fôssemos capazes de desempenhar os diversos

papéis requeridos dentro da corporação", enfatiza. Carla lembra que as mulheres têm ocupado cada vez mais espaço na atividade fim, ou seja na "rua", no policiamento ordinário ou mesmo em tropas

especializadas. Nas ações policiais nas ruas, a presença das mulheres tem sido cada vez mais constante. Três já chegaram ao posto mais alto da corporação. São elas, as coronéis Socorro Cristiane, Iris Oliveira e Christiane Wildt.

Segundo ainda a capitã, a maior dificuldade para uma mulher que tenta se afirmar em um universo predominantemente masculino, caso de uma corporação militar, é justamente lidar com os preconceitos e barreiras surgidos em torno da ideia que descreve a mulher como frágil e incapaz de atuar plenamente em profissões como a de policial militar, contudo, no ano em que a PMPB completa 30 anos do ingresso das primeiras mulheres, verificamos-se muitas conquistas, iniciadas por estas pioneiras que foram preparando caminho e abrindo portas para que eu e outras pudéssemos exercer papéis importantes hoje na corporação".

## Exemplos de profissionalismo e qualificação

A escritora Suana Guarani de Melo ingressou na Polícia Civil paraibana em 2003, através de concurso público. Já passou por várias delegacias. Para ela, o trabalho da mulher contemporânea, que quer espaço no mercado de trabalho, que disputa intelectualmente ocupar patamares elevados, e principalmente se impor, requer sempre esforço tripla. Isto porque a mulher não é apenas trabalhadora fora de casa, mas também dentro da própria casa, onde cuida de sua família, seja ela tradicional ou não.

Além de organizar os afazeres domésticos, a mulher, diz Suana, tem que educar os filhos, cuidar do relacionamento com o/a companheiro/a. Afora as atividades, descansar é essencial. "Essa é minha rotina de trabalho", comemora. Com 35 anos de idade, Suana se diz orgulhosa do que faz, mesmo não sendo a profissão que almejava desde criança, mas foi a que se identificou.

Na polícia, as mulheres trabalham em dobro para provar que são capazes, e para impor respeito. Mesmo havendo muito respeito por parte da maioria dos colegas de trabalho, existem casos de machismo e de assédio moral com certeza, como existe em qualquer outra profissão.

Na instituição existem mulheres ocupando cargos de chefia e cargos administrativos, obviamente por aptidão ou por



Agente penitenciária Denise Brito

qualificação. Outras gostam da investigação criminal, o "serviço de rua", que é uma atividade apaixonante, e que faz com que muitas continuem exercendo esse trabalho, uma atividade complexa, de alto risco.

Mas as mulheres nas equipes policiais não são sempre protegidas, elas são muito bem recebidas, pois os policiais homens sabem que a mulher tem mais perspicácia e sensibilidade, e em vários momentos o trabalho delas na investigação criminal faz toda a diferença.

Suana é formada em Direito, possui especialização em Gestão e Tecnologias Educacionais, em Segurança Pública e Direitos humanos também. Realizou pesquisas focando as organizações criminosas que atuam no tráfico de seres humanos. É autora do livro Direitos Humanos na Formação do Policial Civil.

A escritora fez questão de frisar que já foi preciso se im-



Allyenn Duarte é motorista do GMPB

por dentro do trabalho, pois alguns homens (policiais ou não) por não conhecerem ou por subestimarem a mulher policial, acabam passando dos limites em algumas posturas, e isso não pode ser admitido. Nenhuma mulher deve aceitar ser humilhada dentro de sua casa, no trabalho, ou seja, ninguém merece humilhação em nenhum lugar. Qualquer tentativa de humilhar ou subjugar outro indivíduo deve ser repudiada e duramente combatida.

### Momentos tensos

Allyenn Duarte Soares de Menezes, soldado do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, exerce uma função de muita responsabilidade na corporação. Ela é motorista da APA - Auto Plataforma Aérea e também de caminhões ABT - Auto Bomba Tanque.

Filha de militar, a jovem disse que seu sonho era seguir a carreira do pai, começou a estudar e fez o concurso. "Estou



Escritora Sara Garari

muito feliz porque era o que eu queria. Minha família se orgulha de mim", acrescentou.

Na corporação, revela Allyenn, chegou a sofrer preconceito por parte de alguns homens. "O tempo passou e eles entenderam", comemora a militar. Na função de condutora da Auto Plataforma Aérea, a jovem disse que o momento mais tenso na sua profissão foi ao atender um caso de incêndio de grandes proporções na fábrica Brastex, localizada na Região Metropolitana de João Pessoa.

### Ordem e segurança

Denise de Brito Silva é agente penitenciária desde 2010, após aprovação em concurso público. Atualmente faz parte do GPOE (Grupo Penitenciário de Operações Especiais). Mesmo sendo mulher, no ambiente predominantemente masculino, as desigualdades de gêneros são respeitadas e apesar das oportunidades de ascensão serem escassas, elas estão conquistando

espaço com maestria. A servidora faz parte do primeiro concurso público realizado para o sistema penitenciário da Paraíba, no ano de 2007, para preenchimento de 1.670 vagas para homens e 370 vagas para mulheres.

Ela adianta que mesmo com algumas atribuições diferentes de masculino, o intuito é executar o trabalho de forma harmoniosa, mantendo a ordem e a segurança das unidades prisionais. "Mesmo sendo a 2ª profissão de maior risco em todo o mundo, a mulher, como eu, não se amedronta, nos encara todos os desafios, mostrando que somos excelentes no que fazemos", ressalta.

Denise iniciou suas atividades como agente penitenciária no ambiente feminino de João Pessoa. Ela narra que no primeiro momento foi impactante, pois nunca havia estado frente a frente com pessoas que cometeram delitos. Também ficou impressionada com a frieza que algumas internas contavam. Sentiu-se surpresa por ter encontrado mãe, filha e avó recolhidas no mesmo presídio. Chegou a assumir a direção do presidio feminino de Cajazeiras, mas antes participou de um curso interno oferecido pela Secretaria de Administração Penitenciária para fazer parte de um grupo de escoltas de alto risco e intervenção nos presídios em situações de motins e rebeliões, trabalhando também de forma preventiva.

Historicamente, as mulheres detêm uma posição de desigualdade e subordinação em relação aos homens. Essa diferença de poder, geralmente respaldadas por visões racistas e etnocêntricas, agrava a dissemelhança de oportunidades concedidas a homens e mulheres, fortalecendo assim a violência simbólica de gênero ligada à identidade da mulher nas sociedades, como a alocação em determinados nichos do mercado, ocupação de piores postos de trabalho, o salário menor em relação ao do homem, o não reconhecimento da dupla jornada que a maioria das mulheres enfrenta e o assédio sexual sofrido por elas no ambiente de trabalho. É nesse contexto que se torna imperioso, de acordo com convenção adotada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, “eliminar a discriminação em matéria de emprego e ocupação” (BASTHI, 2011, p. 19). Essa é uma forma de combater também, a partir do trabalho jornalístico, as situações degradantes e de discriminação de gênero a que estão submetidas as mulheres, especificamente as negras e indígenas, de modo que é preciso não só visibilizar os problemas que afetam as mulheres como também desfazer visões estereotipadas acerca da realidade desses grupos sociais. Nesse último caso, Basthi (2011) recomenda fugir da naturalização da divisão sexual a partir do investimento na diversidade de gênero, racial e étnica no trabalho, e, ao tratar de postos que pela força da tradição são ocupados por homens, privilegiar a presença de mulheres, com destaque para as negras e indígenas.

Sobre a capitã Carla Marques, lê-se que ela em quinze anos de corporação trabalhou na Coordenadoria de Inteligência do Comando Geral e comandou a Força Tática do 1º Batalhão, em João Pessoa. De acordo com a reportagem, Marques acredita que os conceitos machistas e patriarcais vivenciados pela mulher na sociedade são experimentados também em alguma medida dentro da instituição Polícia Militar. Diz o texto: “Embora as mulheres tenham conquistado um espaço valioso dentro da PMPB, alguns colegas de farda ainda têm perspectivas equivocadas a respeito das mulheres, como se não fôssemos capazes de desempenhar os diversos papéis requeridos dentro da corporação’, enfatiza” (A UNIÃO, 2017, p. 5).

A reportagem é ilustrada por uma fotografia da capitã com uma metralhadora em punho e sobre uma superfície alta, tendo ao fundo um céu muito claro e telhados de casas. A entrevistada fala também de como as mulheres da corporação estão ocupando postos em tropas especializadas e também no policiamento de rua. Conforme o jornal,

Segundo ainda a capitã, a maior dificuldade para uma mulher que tenta se firmar em um universo predominantemente masculino, caso de uma

corporação militar, é justamente lidar com os preconceitos e barreiras surgidos em torno da ideia que descreve a mulher como frágil e incapaz de atuar plenamente em profissões como a de policial militar, contudo, no ano em que completa 30 anos do ingresso das primeiras mulheres, verificam-se muitas conquistas, iniciadas por estas pioneiras que foram preparando o caminho e abrindo portas “para que eu e outras pudéssemos exercer papéis importantes hoje na corporação”. (A UNIÃO, 2017, p. 5).

É proveitosa a relevância que é concedida na reportagem aos cargos hierárquicos de nível superior ocupados pela capitã, o que atinge, discursivamente, a perspectiva sexista da divisão sexual do trabalho, onde histórica e tradicionalmente se entende que cabe à mulher exercer tarefas específicas no âmbito doméstico e até mesmo fora dele.

Um box auxiliar à reportagem principal (Figura 5), com o título “Exemplos de profissionalismo e qualificação”, destaca mais três agentes que ocupam postos proeminentes na segurança pública do Estado da Paraíba. O texto é acompanhado pelas imagens das entrevistadas em seus ambientes de trabalho.

A primeira delas é a escritã Susana Guarani de Melo, 35 anos, lotada na Polícia Civil paraibana desde 2003, que é advogada com mestrado e livro publicado na área de direitos humanos. Na matéria, ela diz que essa não era a profissão com a qual sonhou quando criança, embora tenha posteriormente se identificado com ela e hoje sente orgulho do que faz. A escritã conta ainda da dificuldade que é para a mulher se impor intelectualmente e ganhar espaço no mercado de trabalho em razão de uma rotina que também exige dela o cuidado com a casa, os filhos e o cônjuge. Suzana diz que já precisou se impor frente a colegas de profissão e também fora dos limites da corporação devido ao fato de alguns homens desconhecem ou subestimarem a mulher policial. Conforme texto da reportagem,

Na polícia, as mulheres trabalham em dobro para provarem que são capazes, e para impor respeito. Mesmo havendo muito respeito por parte da maioria dos colegas de trabalho, existem casos de machismo e de assédio moral com certeza, como existe em qualquer outra profissão.

Na instituição existem mulheres ocupando cargos de chefia e cargos administrativos, obviamente por aptidão ou por qualificação. Outras gostam da investigação criminal, o ‘serviço de rua’, que é uma atividade apaixonante, e que faz com que muitas continuem exercendo esse trabalho, uma atividade complexa, de alto risco.

Mas as mulheres nas equipes policiais não (sic) são sempre protegidas, elas são muito bem recepcionadas, pois os policiais homens sabem que a mulher tem mais perspicácia e sensibilidade, e em vários momentos o trabalho delas na investigação criminal faz toda a diferença. (A UNIÃO, 2017, p. 5).

A segunda personagem da matéria é a soldado do Corpo de Bombeiros Militar Allyenn Duarte Soares de Menezes, motorista de caminhões de grande porte da corporação. Filha de militar, ela diz que desde criança queria seguir a carreira do pai. Segundo a reportagem, a militar viveu momentos tensos no exercício de suas funções: “Na corporação, revela Allyen, chegou a sofrer preconceito por parte de alguns homens. ‘O tempo passou e eles entenderam’, comemora a militar” (A UNIÃO, 2017, p. 5).

Por fim, a reportagem retrata Denise de Brito Silva, agente penitenciária desde 2010, que já foi diretora de presídio feminino e atualmente integra o Grupo Penitenciário de Operações Especiais (GPOE). Denise conta que apesar das diferenças de atribuições entre homens e mulheres, o intuito de ambos no local de trabalho é que consigam desempenhar as funções da maneira mais harmoniosa possível, garantindo a ordem e a segurança nas unidades prisionais. A reportagem reitera que “Mesmo sendo mulher, no ambiente predominantemente masculino, as desigualdades de gênero são respeitadas e apesar das oportunidades de ascensão serem escassas, elas estão conquistando espaço com maestria” (A UNIÃO, 2017, p. 5).

Na categoria trabalho, embora três mulheres tenham sido entrevistadas nessa segunda parte da reportagem, foi nula a abordagem racial e étnica. Um destaque a ser conferido poderia ser o da inserção do negro no mercado de trabalho, o que se reverteria na discussão sobre criação de oportunidades e empregabilidade, mecanismos necessários para a reprodução da vida e efetivação de outros direitos sociais dessa parcela populacional. Expor, por exemplo, nas forças de segurança da Paraíba, campos de atividade ocupados com grande êxito por mulheres negras. Por outro lado, seria possível também evidenciar a oportunidade de tratar com o leitor a respeito de estereótipos racistas herdados do passado colonial e impostos à população negra, como o entendimento deturpado que a esse grupo racial cabe desempenhar apenas atividades que demandam algum tipo de força física.

Acerca da relevância do tema trabalho frente à problemática do racismo e da discriminação, Basthi (2011, p. 20) salienta que:

Em geral, a situação das mulheres negras e indígenas é a mais vulnerável. Enfrentam as piores condições de vida, os maiores obstáculos para o acesso aos bens e serviços e os piores salários – seja qual for sua ocupação no mercado de trabalho. O padrão cultural sexista, racista e etnocêntrico cria mecanismos que as exclui até mesmo das mais recentes conquistas das mulheres brasileiras. As negras e indígenas estão invisíveis, por exemplo, nas profissões consideradas de prestígio – seja porque foram discriminadas ou não foram estimuladas a seguirem essas carreiras, seja por não corresponderem ao padrão estético eurocêntrico que prevalece na mídia.

Com o que veiculou, *A União* relevou a problemática do racismo e da discriminação no campo do trabalho, mas deixou passar a possibilidade de expor e tratar essas problemáticas de forma mais realista.

A matéria principal da página 6 tem como título “Mulheres ocupam espaços em cargos importantes na Paraíba”. São personagens da matéria as secretárias Simone Guimarães e Gilmara Temóteo, ambas ocupando cargos na gestão do governo do Estado da Paraíba (Figura 6).

Figura 6- Mulheres e espaços de poder na Paraíba, e agenda de manifestações pelo Estado

# Mulheres ocupam espaços em cargos importantes na Paraíba

Governo tem mais de 20 gestoras que comandam vários órgãos da administração pública com capacidade e inteligência

**Iuska Cavalcante**  
Especial para A União

Mulheres ocupando espaços de poder e tomando decisões importantes, não apenas por serem mulheres e darem o seu "toque feminino", mas principalmente por competência e bons resultados. Essa ainda não é uma realidade, mas a Paraíba tornou-se uma exceção, com mulheres atuando para o crescimento de um Estado, em cargos de presidência e superintendência.

Simone Guimarães foi a primeira mulher engenheira da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba (Suplan). Atualmente, no cargo de superintendente, ela é responsável pela execução de todas as obras civis da Paraíba. Escolas, vias urbanas e casas são apenas algumas de suas responsabilidades.

Unir arte com educação deu mais do que certo e acabou tornando-se o marco de sua gestão. Baseado nas obras de arte do pintor modernista, Piet Mondrian, as escolas estaduais ganharam melhorias e muitas cores. Exigente com cada detalhe da obra, Simone conta que tem o cuidado de olhar e prezar a qualidade de tudo, da fechadura e porta até aos acabamentos finais. Na opinião da engenheira, o fato da mulher ser mais sensível e saber se colocar no lugar do outro faz com que sejam ótimas gestoras.

São 12 horas diárias de trabalho para fazer com que tudo isso seja possível. Dedicado e muito esforço fazem par-



Gilmara Temóteo, presidente da Companhia Docas, comanda mais de 600 funcionários; Simone Guimarães é responsável por todas as obras do Estado



te da sua rotina, e fez com que obras importantes fossem entregues com qualidade e prazo certo, como o Viaduto do Geisel (Viaduto Eduardo Campos) e o Trevo das Mangabeiras.

**Igualdade de gênero**  
A igualdade de gênero no mercado de trabalho veio para desmistificar que algumas profissões foram feitas para serem exercidas por homens. Gilmara Temóteo é um exemplo disso dentro da gestão do Governo do Estado. Com mais de 600 funcionários sob sua responsabilidade, a presidente da Companhia Docas da Paraíba, convive diariamente em um ambiente predominado por homens. Ter uma mulher coordenando e presidindo

uma companhia tão importante é mais do que simbólico e mostra que as mulheres são capazes de realizar qualquer tipo de função.

Gilmara Temóteo começou como coordenadora jurídica da Companhia Docas e há um ano e meio foi convalidada pelo governador Ricardo Coutinho para tornar-se presidente. Dos 22 portos federais existentes em todo o Brasil, a Paraíba é o único que tem uma mulher como presidente.

Mensalmente, nas participações de reuniões em Brasília com o ministro dos Transportes e representantes dos portos federais, ela é a única mulher na sala, mas nada disso a intimidou. Gilmara desempenha muito bem o seu papel e mostra que o

gênero não diminui em nada a sua capacidade como gestora. "Estou à frente de uma companhia que é a entrada e saída de toda a riqueza do nosso Estado e para mim isso é mais do que uma satisfação", comentou a presidente.

A geração de boa parte de trabalho e renda do nosso Estado está nas mãos de Gilmara. Fechar bons negócios para a Paraíba e representar o Estado é uma de suas funções. Apenas para o mês de março fechamos três navios vindo dos Estados Unidos com Petróleo para a indústria da Paraíba", relata.

Na opinião da gestora, ter mulheres em funções que historicamente eram desempenhadas por homens equilibra o mercado e leva o gênero a

um espaço que já deveria ser seu há muito tempo. "As mulheres já mostraram a sua capacidade de se manter respeitadas no mercado e prestar serviços diferenciados. Elas já são merecedoras desse espaço há muito tempo", disse.

A presidente da Cia das Docas completa dizendo falar mais oportunidades para as mulheres mostrarem que são tão capazes quanto os homens. E que isso precisa melhorar não apenas em cargos de presidência como o dela, mas em todo o mercado de trabalho. "É preciso ter primeiro presença de espírito e muito bom senso para ser respeitada em um ambiente masculino, porque a mulher ainda sofre muito preconceito. Juntando essas duas coisas nós conseguimos fazer parte do

contato, em qualquer função, seja a mulher na construção civil, como taxista ou motorista de Uber", comentou.

Capacidade e inteligência nunca faltaram para Gilmara, mas uma coisa fez toda a diferença para ela está na posição que se encontra atualmente: oportunidade. Ela explica que a Paraíba é um Estado diferenciado no que diz respeito a participação da mulher, a começar pela vice-governadora Lígia Feliciano (PDT). "Essa gestão é formada por diversas mulheres, nos mais diversos órgãos, todas desempenhando muito bem o seu papel. O nosso governador tem esse feeling apuradíssimo para dar oportunidade".

Uma das melhorias que o porto ganhará durante a sua gestão é a reforma de toda a sinalização náutica. Ela conta com orgulho que ainda neste ano o porto poderá atracar e desatracar navios durante o período noturno, função essa que não era permitida há 10 anos. "Os equipamentos que tínhamos eram da década de 30. Vamos instalar equipamentos novos de última geração e trazer mais eficiência e rentabilidade para nossas operações", explicou.

Gilmara e Simone são apenas algumas de mais de 20 mulheres ocupando cargos no Estado. Posições que um dia já foram exercidas apenas por homens. Ter mulheres em espaços de poder mostrando a sua capacidade e competência ajuda a melhorar a igualdade de gênero no mercado e na política, mas ainda há muito a ser avançado e nada melhor do que ter essas gestoras para provar que as mulheres podem estar onde quiserem.

## Dia Internacional da Mulher

### Mobilizações vão acontecer hoje em vários municípios do Estado

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, além das mobilizações que irão acontecer em todo o Brasil, internacionalmente está sendo coordenada uma paralisação das mulheres em vários países. Com o intuito de marcar a data de forma diferenciada, movimentos sociais que lutam pelos direitos das mulheres, centrais sindicais, sindicatos e partidos políticos se redirem para promover uma agenda de atividades que irá acontecer durante todo o mês de março.

"Mulheres de vários países, de várias nacionalidades irão parar as suas atividades como uma forma de protesto contra a violência que vivemos diariamente. Aqui na Paraíba estamos mobilizando as mulheres para que façam o mesmo. Não trabalhem, venham para a rua, venham participar da luta. Se o mundo não reconhece a nossa

existência, então, vamos ver se não sentem a nossa falta", ressaltou a secretária de Mulheres do Partido dos Trabalhadores da Paraíba, Soraya Cordeiro.

As atividades da Jornada de Mobilização das Mulheres - Nem Uma a Menos, e Nem Um Direito a Menos nesta quarta-feira acontecerão em João Pessoa, Campina Grande, Alagoa Grande, Cajazeiras, Araçagi, Guarabira e Santa Rita. Na capital, começam com panfletagem na final da Avenida Beira Rio, na orla da Praia do Cabo Branco. Em seguida acontecerá a concentração para a Caminhada na defesa de Direitos e da Vida.

"A concentração para a caminhada será a partir das 7h, e após percorrermos as ruas do centro da cidade iremos realizar um grande Ato Público na Praça dos Três Poderes, e as nossas mobilizações terão continuidade

no período da tarde com uma manifestação de Mulheres na Luta por Terra, Contra o Agronegócio e o Capital no Incra", acrescentou Soraya.

**Atividades na Paraíba**  
Em João Pessoa, a mobilização inclui, pela manhã, panfletagem na Praia do Cabo Branco, Caminhada na Defesa de Direitos e da Vida saindo do Ponto de Gern Rêis e Ato Político Cultural "Nem Uma a Menos, Nenhum Direito a Menos" na Praça dos Três Poderes. E à tarde, Manifestação de Mulheres na Luta por Terra, Contra o Agronegócio e o Capital, no Incra.

Em Campina Grande, às 7h30, haverá um café da UFGG, seguido de mesa redonda sobre "Feminização do Mundo do Trabalho, Precarização e Contra a Reforma da Previdência", no Auditório do CH/UFGG. Às 14h, no Auditório da ADUF/UFGG,

será realizado o Cine Debate Mulheres de Luta. E às 19h, no Bloco BG/UFGG, acontece mesa redonda com o mesmo tema da manhã.

Em Alagoa Grande, está programada a Marcha "Pela Vida das Mulheres e pela Mulheres e Contra a Reforma da Previdência" será realizado em Cajazeiras, às 7h30, na Praça João Pessoa. Já na cidade de Araçagi, haverá a Motocicletada das Mulheres, às 8h, na Praça da Matriz.

A programação pelo Dia Internacional da Mulher acontece ainda em Guarabira, das 9h até 19h, com o Encontro de Mulheres do Centro de Humanidade da UEFP, no campus da UEFP, e em Santa Rita, às 14h, com a Rota de Diálogo por uma Educação não Sexista, na Sede da Associação Flor Mulher.

## Detran-PB terá série de atividades especiais

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PB) inicia hoje uma série de atividades para se engajar na campanha de valorização e cidadania das mulheres paraibanas. "Somos mulheres, temos voz e temos vez", proposta pelo Governo do Estado, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

Para isso, durante todo o mês, no programa Detran em Movimento, veiculado aos sábados no Rádio Tabajara FM, servidoras do órgão darão entrevistas sobre a programação alusiva ao mês dedicado à mulher, além de temas relacionados aos seus setores, contendo dados estatísticos sobre as mulheres no segmento do trânsito. O programa vai ao ar das 9h às 9h30.

Uma proposta de inclusão de mulheres que cumprem penas no Programa de Ressocialização de Apenados do Detran-PB,

**Durante o mês haverá divulgação sobre temas específicos das mulheres no trânsito e campanha nas redes sociais**

que atualmente beneficia 40 presos em toda a Paraíba, será entregue pela comissão organizadora dos eventos à superintendência do órgão.

Para o encerramento, no dia 30 de março, está prevista a realização de Oficina de Mecânica para Servidoras, com palestra e aula prática sobre informações básicas de mecânica. Além disso, durante todo o mês haverá divulgação sobre temas específicos das mulheres no trânsito e campanha nas redes sociais.

A plena participação de mulheres em cargos específicos das esferas decisórias de poder é um pilar para que a igualdade de gênero seja alcançada. Nesse sentido, não só o estímulo à participação como o efetivo empoderamento da mulher tanto na esfera política do Executivo e Legislativo e em postos do Judiciário quanto em funções estratégicas de empresas públicas e privadas é uma valiosa maneira de transpor barreiras excludentes manifestadas pelo sexismo, racismo e etnocentrismo.

De acordo com a reportagem de *A União*, as retratadas são mulheres marcadas pela competência e os bons resultados e que estão à frente de espaços de poder e tomam decisões importantes, mas sem se esquecerem do “toque feminino” naquilo que executam. A primeira entrevistada chefia a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento da Paraíba (SUPLAN), e a segunda, é a presidente da Companhia Docas da Paraíba, órgão responsável pela administração do único porto existente no Estado. Diz a reportagem,

Gilmara e Simone são apenas algumas de mais de 20 mulheres ocupando cargos na gestão do Governo do Estado. Posições em que um dia já foram exercidas apenas por homens. Ter mulheres em espaços de poder mostrando a sua capacidade e competência ajuda a melhorar a igualdade de gênero no mercado e na política, mas ainda há muito o que avançar, e nada melhor do que ter essas gestoras para provar que as mulheres podem estar onde quiserem. (A UNIÃO, 2017, p. 6).

Sobre a responsável pela SUPLAN, o texto mostra que Simone Guimarães é engenheira e tem sob seu cuidado obras em escolas, vias urbanas e casas, entre outras, e possui uma jornada diária de 12 horas de trabalho. Segundo a reportagem,

Exigente com cada detalhe da obra, Simone conta que tem o cuidado de olhar e prezar a qualidade de tudo, da fechadura e porta até aos (sic) acabamentos finais. Na opinião da engenheira, o fato da mulher ser mais sensível e saber se colocar no lugar do outro faz com que sejam ótimas gestoras. (A UNIÃO, 2017, p. 6)

Gilmara Temóteo, que começou na companhia no cargo de coordenadora jurídica, lidera desde 2016 mais de 600 funcionários num ambiente onde prevalece a figura do homem. Segundo a reportagem, “Ter uma mulher coordenando e presidindo uma companhia tão importante é mais do que simbólico e mostra que as mulheres são capazes de realizar qualquer tipo de função” (p. 6). Segundo a reportagem, Gilmara é a única mulher a participar de reunião mensal onde se encontram em Brasília com o ministro dos Transportes representantes de portos de todo o Brasil, o que não a intimida:

Gilmara desempenha muito bem o seu papel e mostra que o gênero não diminui em nada a sua capacidade como gestora. ‘Estou à frente de uma companhia que é a entrada e saída de toda a riqueza do nosso Estado e para mim isso é mais do que uma satisfação’, comentou a presidente.

A geração de boa parte de trabalho e renda do nosso Estado está nas mãos de Gilmara. Fechar bons negócios para a Paraíba e representar o Estado é uma de suas funções. (A UNIÃO, 2017, p. 6).

Ainda de acordo com a reportagem, Gilmara acredita que posições que historicamente foram ocupadas por homens são um fator de equilíbrio para levar o gênero feminino a ocupar mais espaços: “As mulheres já mostraram a sua capacidade de se manter respeitadas no mercado e prestar serviços diferenciados. Elas já são merecedoras desse espaço há muito tempo’, disse” (p. 6). Na opinião da gestora, mostra a reportagem, faltam mais oportunidades em todo o mercado de trabalho para que as mulheres possam realmente mostrar a capacidade que possuem e o que sabem fazer. Conclui a entrevistada:

‘É preciso ter primeiro presença de espírito e muito bom senso para ser respeitada em um ambiente masculino, porque a mulher ainda sofre muito preconceito. Juntando essas duas coisas nós conseguimos fazer parte do contexto, em qualquer função, seja a mulher na construção civil, como taxista ou motorista de Uber’, comentou. (A UNIÃO, 2017, p. 6).

A matéria ainda menciona a presença de uma mulher, Lígia Feliciano, na vice-governadoria do Estado.

Embora esteja em acordo com a proposta de ser um ótimo reforço na discussão temática acerca da representatividade de mulheres nos espaços de poder, com falas pertinentes das entrevistadas em relação à situação de desvantagem que acomete o gênero feminino, a reportagem também poderia enveredar pelo caráter excludente da discriminação e do preconceito que pesa sobre as mulheres negras e indígenas. Como a reportagem enfoca que mais de vinte gestoras ocupam vários órgãos da administração pública na Paraíba e o veículo *A União*, que é estatal, fala no Editorial do desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão de mulheres, por que não demonstrar a promoção dessa igualdade também oportunizada a mulheres negras e indígenas nos espaços de poder institucional na Paraíba? Sob a variável, raça e etnia, quais são esses instrumentos de inclusão que começaram a ser implementados e tem permitido que mulheres ocupem espaços relevantes? Tendo em vista esse tipo de reportagem, Basthi (2011, p. 49) propõe mais investimento na participação positiva de mulheres negras e indígenas na sociedade: “Abra espaço mostrando-as em

posições de liderança seja no campo econômico, político ou governamental ou revele suas estratégias de conquistas na carreira profissional e os impactos coletivos dessas aquisições”.

Na página 6, ainda na mesma editoria, uma notícia informa acerca de uma série de mobilizações organizadas por movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos e partidos políticos que ocorreriam no Estado naquela data para lembrar o Dia Internacional da Mulher (Figura 6). De acordo com a entrevistada, a secretária de Mulheres do Partido dos Trabalhadores da Paraíba, Soraya Cordeiro, a promoção dessas atividades tinha em vista protestar contra a violência vivenciada pelas mulheres:

‘Mulheres de vários países, de várias nacionalidades irão parar as suas atividades como uma forma de protesto contra a violência que vivemos diariamente. Aqui na Paraíba estamos mobilizando as mulheres para que façam o mesmo. Não trabalhem, venham para a rua, venham participar da luta. Se o mundo não reconhece a nossa existência, então vamos ver se não sentem a nossa falta’. (A UNIÃO, 2017, p. 6).

A notícia detalha os locais e os horários das atividades nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Alagoa Grande, Cajazeiras, Araçagi, Guarabira e Santa Rita.

É pertinente o destaque conferido nessa notícia à visibilidade de uma manifestação envolvendo organizações sociais de diferentes matizes que vislumbra a defesa da integridade física da mulher. O envolvimento de toda a sociedade é uma alternativa coletiva essencial para elevar o nível de participação democrática das mulheres, envolvendo especialmente mulheres negras e indígenas. No entanto, se o tema é a violência contra a mulher, situação incômoda e tão presente nos dias atuais, faltou ao periódico uma contextualização mais aprofundada a partir de uma perspectiva de gênero, raça e etnia, como sugere o *Guia*, das “implicações do ponto de vista social, jurídico e os impactos na saúde física e mental da pessoa agredida” (BASTHI, 2011, p. 50). Um caminho a seguir seria o do enfoque em dados relativos à idade, classe social, ocupação, origem racial ou étnica que ampliassem a notícia ou fossem trabalhados na forma de reportagem.

Na página de abertura do 2º Caderno, mais uma notícia alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o título “Talento feminino que pode ser apreciado em várias técnicas” (Figura 7). O texto destaca o início de uma coletiva de artes visuais na Galeria Gamela, espaço localizado na capital João Pessoa destinado a divulgação de artistas paraibanos, de outros Estados e países, mas que também abriga reuniões de profissionais da área, lançamentos de livros e cursos de arte para a comunidade.

## Figura 7- Arte e representatividade feminina

# 2º Caderno

### Música

O cantor e compositor paraibano Geovan Moraes se apresenta hoje, na Usina Cultural Energisa, na capital. **Página 12**



João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 9 de março de 2017 | AUNIÃO 9

# Talento feminino que pode ser apreciado em várias técnicas

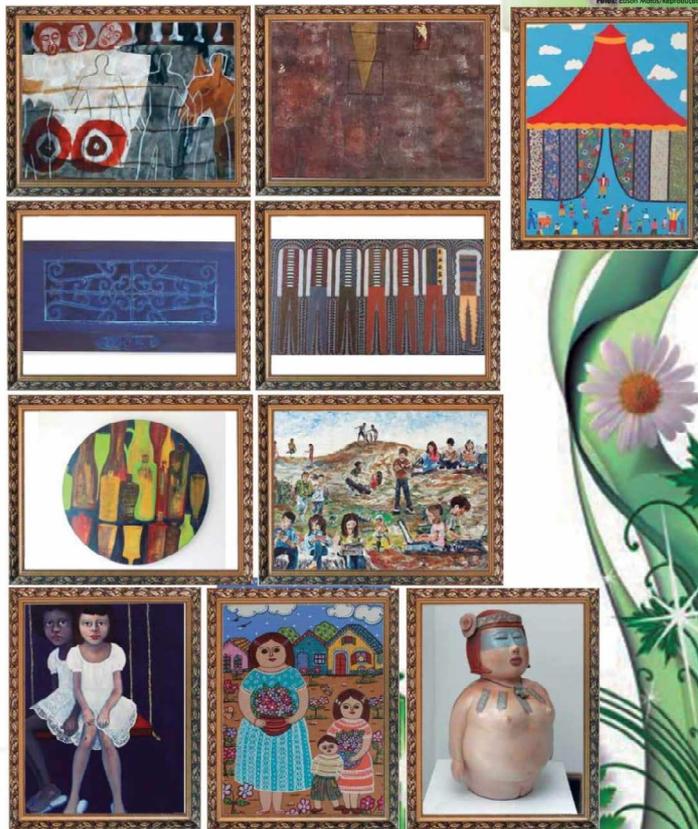
Coletiva Março de Marias abre hoje, na Gamela, em homenagem às mulheres, e reúne obras de 10 artistas

**Rodolfo Amorim**  
Especial para A União

**8** No Dia Internacional da Mulher, a Galeria Gamela inicia uma nova coletiva de artes visuais. A Mostra "Março de Marias" reúne obras de dez artistas mulheres, que produzem obras para a galeria. O nome é uma homenagem ao mês que celebra o dia da mulher, e o "Marias", pela representatividade feminina do substantivo. Nas paredes, elas mostram pinturas, aquarelas e cerâmicas. Os apreciadores podem visitar a Coletiva a partir de hoje até o dia 31 de março. Com abertura de segunda a sábado, das 9h às 19h.

Com técnicas variadas, entre aquarelas, pinturas em tinta acrílica e óleo sobre tela, além de objetos de arte em cerâmica e madeira. Os visitantes podem contemplar e admirar o trabalho desenvolvido por mulheres, que carregam a arte como trabalho e como forma de expressão. Roseli Garcia, marchand da Galeria Gamela, contou que há várias vertentes de mulheres na sociedade. "Seja a mulher que é mãe, empresária, dona de casa, professora, artista, todas estão presentes em nosso meio, por isso, uma justa homenagem neste mês de visibilidade à mulher", expressou.

Alice Vinagre, Analice Uchoa, Ana Lúcia Pinto, Célia Romeiro, Célia Gondim, Denise Costa, Danielle Travassos, Fran Lima, Gina Dantas e Margarete Aurélio são nomes de mulheres convidadas pela Galeria para participarem da Mostra. Elas compõem o núcleo de artistas que têm suas obras expostas e disponíveis na Gamela. As obras que estão na Mostra não foram trabalhadas especialmente para o projeto. As artistas tiveram suas obras selecionadas e escolhidas para a Coletiva.



A exposição demonstra muito bem a diversidade técnica das participantes, pois o público vai poder apreciar pinturas em tinta acrílica e óleo sobre tela, esculpturas, aquarelas, além de objetos de arte confeccionados em cerâmica e madeira.

### A Galeria

Prestes a completar 37 anos, a Galeria Gamela foi fundada no dia 22 de Maio de 1980, pela casal Altemir de Brito Garcia e Roseli de Carvalho Garcia, que são os atuais marchands. A primeira sede era situada na Rua Desembargador Souto Maior, em uma casa com forro de madeira em forma de gamela, por isso o origem do nome. O espaço esteve nesse endereço durante apenas três meses. Logo após, tornou-se residente da Rua Almirante Barroso, 144, Centro, na margem leste do coração da cidade, imediações da Lagoa, próximo ao Parque Solon de Lucena, onde, num casarão anexo do início do século passado. Hoje, está fixada na Praia de Tambau. Sua função principal é divulgar

os artistas da terra, como também de outros Estados e até mesmo de outros países, disse Roseli Garcia. Em seus registros, constam as Mostras vindas da Alemanha, Suécia, Estados Unidos e Portugal.

Atualmente, seu espaço tem abrigado reuniões de artistas e cursos de arte oferecidos para a comunidade em geral, como também abre espaço para lançamentos de livros. Além disso, costuma receber escolas da rede de ensino estadual, municipal, universitária e escolas particulares, demonstrando assim, estreito compromisso com a arte e a educação da comunidade paraibana. "Afinal, a arte precisa ser divulgada e disseminada", concluiu Roseli.

#### SERVIÇO

- **Evento:** Exposição Março das Marias
- **Local:** Galeria Gamela (Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, esquina com a Av. O. Romão)
- **Data:** De hoje até 31 de março.
- **Horário:** Das 9h às 19h, segunda a sábado.
- **Entrada:** Gratuita

A Mostra denominada “Março das Marias” congrega trabalhos de pintura em tinta acrílica e óleo sobre tela, em aquarela, cerâmica e madeira de dez artistas paraibanos criados especialmente para a Gamela. “O nome é uma homenagem ao mês que celebra o dia da mulher, e o ‘Marias’, pela representatividade feminina do substantivo” (A UNIÃO, 2017, p. 9). As obras selecionadas para a coletiva não foram confeccionadas especialmente para esse projeto, salientou Roseli Garcia, marchand da Galeria. Porém, ela ressalta, conforme o jornal, que a exposição retrata a diversidade de mulheres presentes na sociedade. “Seja a mulher que é mãe, empresária, dona de casa, professora, artista, todas estão presentes no nosso meio, por isso, uma justa homenagem neste mês de visibilidade à mulher”, expressou” (A UNIÃO, 2017, p. 9).

O aparecimento da mulher na mídia condiz com a necessidade de que ela seja protagonista da sua história, moldando outras narrativas para além daquelas apregoadas ao seu respeito. O campo da cultura é certamente um espaço de valor através do qual a mulher, incentivada, pode integrar-se socialmente, reivindicando por meio da arte direitos que lhe foram historicamente negados ou como resposta crítica e de resistência a uma situação que lhe é inconveniente. Quando então a prática jornalística, a exemplo dessa notícia de *A União*, se integra a esse simbolismo proporcionado pela arte e as manifestações artísticas, ela assume uma atitude política salutar em defesa da afirmação da diversidade de gênero de um dado grupo social.

Em artigo intitulado “Mais um 8 de março”, a professora e poetisa Vitória Lima destaca, na página 10 de *A União*, em meio a digressões memorialísticas, o “ser mulher”:

Ser mulher não é só ser linda, e daí?  
Também não é só ser sentimento e coração.  
Ser mulher é tudo isso, com uma coroa de inteligência, coragem e conhecer a beleza e a dor de se saber só mulher; ser berço, ser cama, mortalha, amiga, irmã, ombro-companheira, ser tudo e não ser nada, a vida inteira.  
É ser matemática e nunca ser reconhecida por seus contemporâneos.  
É ser atriz, ser escritora, ser professora, ser médica, ser cozinheira, ser chefe, saber preparar pratos incríveis, saber dançar, cantar, bordar, costurar, ser uma cientista, uma astronauta. (A UNIÃO, 2017, p. 10).

A autora também menciona no texto uma mostra de cinema que ocorreria naquela data e indica três produções que falam da mulher e suas lutas, ambições, conquistas e desejos. Ela finaliza o texto conclamando as mulheres a protestarem e reivindicarem melhores condições de vida:

Neste 8 de março teremos um dia totalmente dedicado às lutas do povo brasileiro e das mulheres, em particular, o 8M. Reivindicações contra a Reforma da Previdência, contra o racismo, pelo fim da violência contra as mulheres, (nem uma a menos) pela descriminalização do aborto, pela defesa do território indígena, pelo fim da lesbofobia e da transfobia, e claro, como não poderia faltar, pelo FORA TEMER e todos os golpistas. Aliás, este é um dia internacional de marcha. (A UNIÃO, 2017, p. 10).

Ter uma mulher assinando um texto opinativo em *A União* no oito de março se coaduna com a proposta de inclusão equitativa da mulher no trabalho da mídia. Ou seja, com a mulher usufruindo do direito de ter suas opiniões veiculadas em espaços socialmente importantes como a página de um jornal, fica mais evidente a possibilidade da adoção de uma perspectiva de gênero, raça e etnia nas redações jornalísticas. Acerca disso, afirma Basthi (2011, p. 42):

É preciso incluir, no fazer jornalístico, espaço para as diferentes experiências de desigualdades entre as mulheres (raça, etnia, idade, orientação sexual, etc), ouvir suas vozes nos mais variados campos e dar visibilidade à sua participação como sujeitos ativos na sociedade. A promoção da igualdade de gênero com recorte de raça e etnia também inclui a contratação de jornalistas negras e indígenas nos jornais, rádios, revistas, televisões e mídias digitais.

Na página 17 de *A União*, a de abertura do caderno Diversidade, uma reportagem destaca a organização matriarcal presente em duas localidades da região do Litoral Norte paraibano, Rio Tinto e Baía da Traição (Figura 8). O título da reportagem é “Caciques, matriarcas são lideranças dos potiguaras”. As personagens da matéria: Joana Maria Conceição, com 100 anos de idade que vive em Baía da Traição; Claudeci da Silva Braz, segunda mulher na Paraíba a alcançar o posto de cacique e que hoje lidera 574 famílias de remanescentes indígenas; e Iracy Cassiano, atualmente com 73 anos e antiga parteira da cidade Baía da Traição, tendo realizado, segundo censo da Funai, 301 partos em 1970, ano em que começou a exercer essa função. Na década de 1990, com votos de índio e não índios, ela foi eleita prefeita de sua cidade. Sobre essas mulheres, o jornal destaca que “Atualmente, cada uma lidera seus irmãos de sangue utilizando seu próprio estilo como matriarcas tribais, sem constranger o orgulho de guerreiros decanos. O dia a dia delas é, literalmente, um verdadeiro desafio” (A UNIÃO, 2017, p. 17).

## Figura 8- Liderança feminina

# Diversidade

### Influências nas redes

40% dos influenciadores em mídias digitais são mulheres. Elas ostentam mais de um milhão de fãs no país. Três parabanos se inserem nessa lista de redes sociais. **Figura 18**



João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 9 de março de 2017 | ANUÍO 17



Nancy ostenta a sua política, pois, principalmente a política indígena.



Cal se destaca como a segunda mulher na Paraíba a ser eleita cacique.



Joana, 100 anos de idade: "Fui eleita cacique há dois meses e um mês".

# Caciques, matriarcas são lideranças dos potiguaras

Além de serem responsáveis pela educação dos filhos, Joana, Cal e Nancy são figuras importantes na organização de tribos

Hilton Gouvêa  
hiltongouvea@bol.com.br



Joana, Cal e Nancy. São três nomes pequenos que representam papel estratégico na comunidade dos índios potiguaras de Rio Tinto e Baía da Traição, no Litoral Norte do Estado da Paraíba. A primeira tem 100 anos de idade, 60 netos e muita história para contar. Quando a Paraíba e Pernambuco viviam as batalhas entre tropas portuguesas e os brasileiros revoltosos de 1817, ela nascia numa oca da Aldeia do Forte, em Baía da Traição. A segunda, Cal, se destaca como a segunda mulher na Paraíba a ser eleita cacique e líder de 574 famílias remanescentes. A terceira foi profeta de Baía da Traição e cometeu a façanha de, no seu primeiro ano de atuação, segundo um censo da Funai, ter realizado 301 partos. Atualmente, cada uma lidera seus irmãos de sangue utilizando seu próprio estilo como matriarcas tribais, sem constranger o orgulho de guerreiros decanos. O dia a dia delas é, literalmente, um verdadeiro desafio.

Joana Maria da Conceição, com sua pequena estatura e boa lucidez, declara que nunca viu nada para assustá-la e que só teme os castigos de Deus. Ao longo de um século

de existência não aprendeu a ler, mas sua memória é prodigiosa. Tem nove filhos, cerca de 60 netos, aproximadamente 80 bisnetos, além de 20 tetranetos. "Fui criada na cozinha dos outros, mas estou aqui, em pé", diz a anciã potiguara, reconhecida como "braba" por Iracy, uma de suas netas. Sua mãe, Maria Vitória da Conceição, sustentou os filhos raspando mandioca nas aldeias. Dalí obtinha a farinha e o dinheiro para complementar a alimentação de todos.

Seu pai, o índio Joaquim de Souza, líder da aldeia Estiva Velha, morreu quando ela tinha uns 20 anos quando viu, pela primeira vez, o adolescente ameríndio Antonio Marcolino dos Santos. Ele indagou de Joana se ela o aceitava em casamento. Obtido o sim, o noivo foi falar com a mãe da jovem, que imediatamente autorizou a um dos filhos vender o cavalo que Joana criava, para comprar o enxoval. A resposta do rapaz foi lacônica: "mãe, eu não vou vender nada porque roubei uma moça e também preciso de dinheiro pra casa".

Suas considerações sobre a vida de hoje são normais: atualmente morre menos gente do que antes,

principalmente as mulheres de parto; o carro, os aviões e o celular facilitam tudo. Não lembra o nome da moeda quando era criança. Diz apenas que as cédulas eram grandes e de papel. Certa vez assustou-se ao ver uma baleia encailhada na Praia do Tambá. Como já estava morta, os índios a retalharam e aproveitaram alguma coisa. Admira a imagem em madeira de lei de São Miguel Guerreiro, patrono dos potiguaras. Guarda uma respeitosa saudação do passado: quando apresentada a estranhos responde com um "muito prazer, sua criada".

Joana Maria da Conceição, com sua pequena estatura e boa lucidez, declara que nunca viu nada para assustá-la e que só teme os castigos de Deus. Ao longo de um século de existência não aprendeu a ler, mas sua memória é prodigiosa. Tem nove filhos, cerca de 60 netos, aproximadamente 80 bisnetos e 20 tetranetos.

## + 2.884 pessoas sob o seu comando

Seu nome é Claudeci da Silva Braz. Mas, na antiga Vila Regina, distrito de Rio Tinto, a 52Km da capital, esta cacique é conhecida por Cal. Na última sexta-feira ela comemorava os 35 anos de demarcação das terras potiguaras. O trecho onde mora foi batizado de "Retomada", para marcar a luta dos remanescentes locais, que resultou, em 3 de março de 2007, no reconhecimento do Governo Federal em rebatizar este ex-feudo dos Lundgren com a denominação ancestral de Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor. Cal se transformou aqui na cacique mais popular da história potiguara - a primeira foi Maria Hilária, da Aldeia Silva do Belém - que morreu em 2016, aos 93 anos.

"A luta indígena ainda não terminou. Basta citar que ainda não saiu a regulamentação testamental dos reservas já demarcadas", esclarece. Mesmo assim Cal já conseguiu resgatar o Palácio dos Lundgren, um casarão em estilo europeu, para o funcionamento de um Memorial Indígena. Para ela, a mulher está alcançando lugares antes nunca nem pensados. Vereadora bem votada em Rio Tinto, Cal tem, sob seu caciato, a responsabilidade de liderar 573 famílias indígenas, num total de 2.884 pessoas. Sua aldeia é a mais completa da região: tem padaria, supermercado, restaurante e igrejas, além de a maioria das ruas calçadas. Em miúdos, ela tem apenas um filho, mas costuma ser "mãe" de mais de dois mil índios. De família longeva,

orgulha-se em dizer que sua avó Luiza, morreu em fevereiro de 1985 com 107 anos. Iracy Cassiano, a popular mãe Nancy, no primeiro ano de sua atuação como parteira, em 1970, fez 301 partos. Descendente de uma linhagem de caciques, ela faz parte da grande família indígena com sobrenome Gomes-Santana-Cassiano. Em cada aldeia do Litoral Norte é possível encontrar vários representantes desse clã. Com votos de índios e não índios, na década de 1990 foi eleita prefeita de Baía da Traição. O cacique geral Manoel Santana, um dos líderes potiguaras que conseguiu de Getúlio Vargas o reconhecimento de índios para os remanescentes locais, era seu tio. Também é prima de outro saudoso cacique, Daniel Santana, pai de Marcos Santana, prefeito duas vezes de Baía da Traição.

Irenildo, filho de Nancy, é o atual chefe do Posto da Funai em Baía da Traição, com jurisdição para todo o Litoral Norte. Nancy, aos 73 anos, confessa sua desilusão com a política. Principalmente com a política indigenista, que riscou do mapa da Funai diversos homens e mulheres por não reconhecê-los como índios. "Como é que a pessoa é índio a vida inteira e depois, sem nenhuma prova em contrário, a Funai determina que aquele índio deixou de ser?" Esta é uma indagação que, segundo ela, ninguém até agora respondeu. Nessa luta vai continuar, através das novas lideranças que estão surgindo", opina.

Essa reportagem sobre mulheres indígenas é um bom destaque na edição de oito de março do jornal *A União*. Bem contextualizado, o texto ressalta a trajetória de vida das entrevistadas, trabalhando tanto com a exploração da força da tradição entre o povo indígena quanto o movimento da mulher indígena para encontrar soluções para o bem viver de sua comunidade. Assim, afastando-se de uma conjuntura exótica, a narrativa jornalística aqui operada valoriza tradições desse grupo étnico ao mesmo tempo em que busca inseri-lo de forma positiva na sociedade brasileira.

De pequena estatura, boa lucidez e considerada “braba” por uma de suas filhas, a reportagem diz que Joana possui nove filhos, cerca de 60 netos, aproximadamente 80 bisnetos e 20 tetranetos. Joana fala que ainda não encontrou nada que a assuste e teme apenas os castigos divinos. De acordo com o jornal, “suas considerações sobre a vida de hoje são normais: atualmente morre menos gente do que antes, principalmente as mulheres de parto; o carro, os aviões e o celular facilitam tudo” (A UNIÃO, 2017, p. 17).

A respeito de Claudéci da Silva Braz, *A União* conta que ela é uma das caciques mais populares entre os índios potiguaras pelo o histórico de luta que vem construindo em favor do seu povo. De acordo com a publicação,

Para ela, a mulher está alcançando lugares antes nunca pensados. Vereadora bem votada em Rio Tinto, Cal tem, sob seu cacicato, a responsabilidade de liderar 2.884 pessoas. Sua aldeia é a mais completa da região: tem padaria, supermercado, restaurante e igrejas, além da maioria das ruas calçadas. Em miúdos, ela tem apenas um filho, mas consegue ser ‘mãe’ de mais de dois mil índios. De família longeva, orgulha-se em dizer que sua avó Luíza, morreu em fevereiro de 1985 com 107 anos. (A UNIÃO, 2017, p. 17).

Já sobre Iracy Cassiano, mais conhecida como mãe Nancy, a reportagem destaca a filiação dela a uma grande família indígena, contando que por todas as aldeias do Litoral Norte paraibano é possível encontrar um familiar seu. Conforme a reportagem,

Nancy, aos 73 anos, confessa sua desilusão com a política. Principalmente com a política indigenista, que riscou do mapa da Funai diversos homens e mulheres por não reconhecê-los como índios. ‘Como é que a pessoa é índio a vida inteira e depois, sem nenhuma prova em contrário, a Funai determina que aquele índio deixou de ser?’ Esta é uma indagação que, segundo ela, ninguém até agora respondeu. ‘Nossa luta vai continuar, através das novas lideranças que estão surgindo’, opina. (A UNIÃO, 2017, p. 17).

Essa visibilidade conferida às mulheres indígenas como personagens de capa é o tipo de representatividade que contribui para o fim de quadros discriminatórios que costumam

acompanhar a agenda midiática onde nem sempre mulheres que “fogem do padrão” ganham espaço. É o tipo de abordagem que tem consequências profundas positivas, tornando-se um diferencial da edição de oito de março de *A União*.

A reportagem seguinte do caderno Diversidade, a da página 18, tem como tema pessoas que alcançaram grande popularidade na internet ditando tendências e anunciando marcas de produtos através de redes sociais, sites ou blogs pessoais (Figura 9). São os influenciadores digitais. O título da reportagem principal é: “40% dos influenciadores em mídias digitais são mulheres”. De acordo com pesquisa mencionada pela publicação, dos influenciadores digitais com mais de um milhão de seguidores, 40% deles são mulheres.

# 40% dos influenciadores em mídias digitais são mulheres

Elas ostentam mais de um milhão de fãs no país; paraibanas Mayrinne e Karollina conquistaram espaço nas redes

Lucas Campos  
Especial para A União

**8** Os influenciadores digitais são pessoas de grande popularidade na internet. Eles constroem uma reputação em torno das redes sociais, sites e blogs pessoais, influenciando uma quantidade significativa de pessoas. São responsáveis por criar algumas tendências e até mesmo fazer o nome de produtos, empresas e serviços. A you-PIX Influencers Market 2016, primeira pesquisa a analisar o mercado de influenciadores digitais no país, apontou que 40% dos influenciadores digitais com mais de 1 milhão de fãs são mulheres.

"Acho importante ocupar espaços em todas as esferas. Temos competência para esses vários âmbitos", explica Mayrinne Wanderley, uma influenciadora digital da Paraíba, sobre o quão significativo é a mulher estar conquistando este espaço nas redes. Ainda que trabalhe como professora universitária e consultora, Mayrinne usa seu tempo livre para atuar como influenciadora digital. Ela faz uso exclusivo do aplicativo Instagram, onde produz conteúdo voltado para o mercado de moda. Atualmente ela conta com 12,9 mil seguidores e suas postagens possuem alcance até mesmo internacional.

Sobre os cuidados que toma ao utilizar as redes sociais, ela é enfática ao afirmar que mudou de comportamento por conta da popularidade extra que adquiriu através do Instagram. "Tenho mais cuidado com o que posto, na forma que respondo as perguntas. Rede social não é só entretenimento, sei que deve ser visto com mais seriedade, quando temos pessoas que nos seguem. É uma questão de responsabilidade e compromisso", pontua a influenciadora.

A pessense de 35 anos conta que a entrada neste meio aconteceu naturalmente. "Quando tudo começou, eu dava aula na graduação de moda e na pós. Com isso vieram os convites que só acrescentavam seguidores: coluna em site, revista impressa, rádio, dois quadros em programas e emissoras distintas", esclarece sobre como seu trajeto profissional teve peso na construção de sua carreira como influenciadora digital. Mayrinne relata também que, através das perguntas que recebe por direct, o retorno virtual de suas postagens e a impressão que tem com os encontros pessoais, sente que, de certa forma, muda algo na vida das pessoas.

Elas constroem uma reputação em torno de seus sites e blogs pessoais, influenciando uma quantidade significativa de pessoas



"Acho importante ocupar espaços em todas as esferas. Temos competência para esses vários âmbitos", diz Mayrinne Wanderley sobre atuar para mulheres na sociedade

## "Imagem positiva e quebrar padrões"

Karollina Oliveira possui 21 anos e é estudante de Jornalismo em Campina Grande. Assim como Mayrinne, ela é uma influenciadora digital e produz conteúdo sobre moda e estética, dando dicas sobre roupas, cabelo e maquiagem. Ela também acredita que aquilo que compartilha em seu Instagram modifica positivamente a vida das pessoas. "Muitas meninas me pedem dicas pelo direct e sugestões de onde comprar tal look ou peça que me viu usando; e apesar de falar de moda e ter 76% do público feminino, muitos meninos me pedem ajuda, principalmente na parte de edição de fotografia", esclarece a influenciadora digital.

A estudante também afirma que, especialmente no meio da moda, a idealização da beleza é muito intensa e que acredita ser um trabalho necessário quebrar com essa visão. "A importância da mulher como influenciadora é incrível, muitas meninas nos veem como um espelho, por isso, é tão importante passar uma imagem positiva e quebrar padrões", ressalta. Além disso, ela pontua que ainda há um estigma negativo sobre as mulheres que utilizam as redes digitais. "Por exemplo, tem gente que acha que a mulher só está na internet para exibir seu corpo ou falar coisas fúteis e sabemos que não funciona assim, ainda mais hoje onde po-

demos falar sobre qualquer assunto sem sermos vedadas", esclarece.

Karollina começou a sua trajetória como influenciadora digital assim que entrou na graduação. Seguindo a sugestão de seu irmão, ela criou um blog onde poderia treinar a escrita e, ainda por cima, falar de um assunto do qual gostasse muito. Ela relata que sempre foi muito atendida nas redes, motivo que a direcionou para um curso de Comunicação, mas foi apenas com seu blog que ela mergulhou de vez na produção de conteúdo. "Decidi investir para o blog ter maior visibilidade, para que outras pessoas pudessem ler o que eu escrevo por lá e o retorno foi maravilhoso", afirma.

Atualmente, a influenciadora trabalha também com redes sociais. Além do blog, é no Instagram onde faz uma maior quantidade de posts sobre moda, tendências, look do dia, maquiagem, beleza em geral e lifestyle. No Facebook e Snapchat, ela faz posts com menor frequência. Karollina conta com 11,475 mil seguidores de Campina Grande e de todo o Estado no Instagram. Já o seu blog possui visitantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. "É muito legal ver que algumas meninas principalmente as mais novas me reconhecem", admite sobre a popularidade em sua cidade.



Karollina diz que o que compartilha no Instagram modifica de forma positiva a vida de pessoas

Continua na página 19

Uma das entrevistadas para a reportagem é a pessoense e professora universitária Mayrinne Wanderley, de 35 anos. Entre outras coisas, ela relata como se deu a construção de sua carreira como influenciadora digital e como se porta em meio às postagens que faz. Na rede social Instagram, para onde direciona o conteúdo que produz voltado para o mercado da moda, Mayrinne é acompanhada por 12,9 mil seguidores quando do momento da divulgação da matéria. Acerca da presença mais ativa das mulheres também na rede mundial de computadores, ela afirma: “Acho importante ocuparmos espaços em todas as esferas. Temos competência para esses vários âmbitos” (A UNIÃO, 2017, p. 18).

A segunda personagem da reportagem é a estudante de Jornalismo Karollina Oliveira, 21 anos. Ela possui um blog e um perfil no Instagram onde trata de assuntos relacionados ao embelezamento do corpo feminino, como maquiagem, penteados, roupa do dia, estilo de vida e tendências. Nessa última rede social, Karollina contava com 11.475 seguidores à época da publicação da reportagem. Segundo o jornal, a estudante enxerga sua atividade como uma maneira de mudar positivamente a vida das pessoas.

A estudante também afirma que, especialmente no meio da moda, a idealização da beleza é muito intensa e que acredita ser um trabalho necessário quebrar com essa visão. ‘A importância da mulher como influenciadora é incrível, muitas meninas nos veem como um espelho, por isso, é tão importante passar uma imagem positiva e quebrar padrões’, ressalta. Além disso, ela pontua que ainda há um estigma negativo sob as mulheres que utilizam as redes digitais. ‘Por exemplo, tem gente que acha que a mulher só está na internet para exibir seu corpo ou falar coisas fúteis e sabemos que não funciona assim, ainda mais hoje onde podemos falar sobre qualquer assunto sem sermos vedadas’, esclarece. (A UNIÃO, 2017, p. 18).

Um dos critérios para construção da notícia preconizados pelo *Guia* quando trata da do tema novas tecnologias e a utilização de ilustrações, fotos e imagens é a quebra do padrão de beleza presente na mídia, o qual nem sempre é correspondente à diversidade de mulheres brasileiras. Nas reportagens de *A União* acima relacionadas, as falas das personagens vão na direção da ocupação por parte das mulheres de novos espaços na esfera social, o que é e deve ser mais ainda beneficiado pelas novas mediações tecnológicas. O que é sugerido, contudo, se opõe de imediato ao que está sendo transmitido. Na medida em que idealiza-se até novos paradigmas de beleza, as mulheres retratadas nas matérias são brancas, tem cabelos lisos e aparecem em pose de modelo nas fotos, referendando, assim, o desprezo a uma outra estética que poderia ser utilizada como critério de valorização. De modo que o título “Imagem positiva

e quebrar padrões” estampado no centro da página vira um contrassenso porque reveste-se claramente da de estereótipos atrelados à identidade do componente racial branco.

Ainda sobre o tema influenciadores digitais, o jornal dedica mais uma reportagem sobre o trabalho de duas paraibanas na internet (Figura 10). “Audiências positivas através de doces e qualidade de vida” é o título da reportagem. A primeira entrevistada é a fisioterapeuta Raíssa Heim, de 30 anos de idade, apaixonada por esportes e fotografia e que viu nas redes sócias uma oportunidade de apresentar mais do que o simples compartilhar do seu dia a dia. Segundo a reportagem, o aplicativo Instagram, onde ela possui 25,4 mil seguidores, virou um veículo para Raíssa falar de vida fitness, qualidade de vida e bem-estar. Sobre a chegada das mulheres ao mundo digital e a atuação delas como influenciadoras, Raíssa destaca a importância de dar destaque a publicações que sejam de fato verdadeiras, apresentando a pessoa como ela realmente é:

Raíssa afirma que a maior importância é o espaço e a oportunidade da mulher poder mostrar quem ela realmente é, deixando de lado os padrões de beleza socialmente estabelecidos. ‘Não existe regra para a beleza, existe você se aceitar do jeito que você é e poder compartilhar isso e ver que você pode ser referência para muitas pessoas. E esse retorno positivo ajuda na autoestima das mulheres e no respeito ao próximo’, acrescenta. (A UNIÃO, 2017, p. 19)

Diversidade

João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 8 de março de 2017 | A UNIÃO 19

# Audiências positivas através de doces e qualidade de vida

Paraibanas Raíssa e Natália expõem atividades e exercem grande influência no público que frequenta as redes sociais

Lucas Campos  
Especial para A União

**8** A paixão por esportes e por fotografia despertou na fisioterapeuta Raíssa Heim o desejo de usar as redes sociais para falar desses assuntos. Inicialmente, ela apenas compartilhava o seu dia a dia e, antes que percebesse, as proporções de seu trabalho foram crescendo. "Foi a partir daí que observei que poderia investir mais nas qualidades de fotos e conteúdo também para ajudar as pessoas e ter um retorno profissional, já que sou instrutora de pilates atualmente", relata. Dessa forma, a pessoense adotou o Instagram como uma ferramenta para influenciar. Com seus 30 anos de idade, Raíssa usa o aplicativo como veículo para falar sobre a vida fitness, bem-estar, qualidade de vida e saúde. "Eu consigo ver o retorno de tudo isso todos os dias quando recebo mensagens de pessoas dizendo que voltaram a praticar atividade física com inspiração no meu dia a dia, e muitos sempre me pedem para que eu não pare de postar porque eles dizem que eu ajudo muita gente sem ter noção do quanto", conta sobre como uti-

liza sua influência na rede para ajudar aos seus 25,4 mil seguidores. Sobre as mulheres destacando-se enquanto influenciadoras digitais, Raíssa afirma que a maior importância é o espaço e a oportunidade da mulher poder mostrar quem ela realmente é, deixando de lado os padrões de beleza socialmente estabelecidos. "Não existe regra para beleza, existe você se aceitar do jeito que você é e poder compartilhar isso e ver que você pode ser referência para muitas pessoas. E esse retorno positivo ajuda na autoestima das mulheres e no respeito ao próximo", acrescenta. A fisioterapeuta ainda diz que ingressar no âmbito da influência digital trouxe mudanças significativas e muito positivas para sua vida. Raíssa confessa que o reconhecimento e as mensagens de carinho que recebe servem como uma inspiração para que continue trilhando esse caminho. Ela afirma que assumiu isto como uma responsabilidade e não como uma questão de vaidade. "Eu tento passar para as pessoas que o importante é cuidar da saúde, sem exageros, sem paranoias, respeitando sempre seu limite e seu corpo. Tudo isso me ensinou um pouco mais da vida, de amar, de respeito... de ser humana! Sou apenas grata!", conclui.



Natália possui cerca de 82 mil seguidores, em maior parte de outros países



Raíssa: "É muito bom para as pessoas, é importante e eu acho isso legal"

## "As pessoas querem aprender de forma rápida"

Confeiteira e dona de um ateliê, a pessoense Natália Mendonça, de 26 anos, descobriu nas redes sociais a oportunidade de ampliar o seu reconhecimento e sua rede de alunos. Desde que criou o perfil no Instagram, ela percebeu que seu trabalho tinha um bom retorno na rede social e, dessa percepção, Natália entendeu que precisava investir na possibilidade. "As pessoas, hoje em dia, querem aprender de forma rápida. Elas querem sentir para almoçar e, no momentinho que tem, abrir o Instagram e aprender uma coisa nova. É uma coisa relevante", explica sobre

a importância de investir nas redes sociais em seu segmento. Segundo Natália, o Instagram é o carro-chefe de seu trabalho como influenciadora digital. É através dele que a confeiteira consegue divulgar seu trabalho e atrair novos alunos. Contudo, ela também possui um perfil no Facebook e um canal do YouTube que, muito embora tenham bons acessos, ainda não alcançaram o retorno que o Instagram traz. Neste último, Natália possui cerca de 82 mil seguidores, dos quais a grande maioria é de outros países. "Eu nunca imaginei ter uma quantidade tão grande

de pessoas que acompanham meu trabalho", admite. A influenciadora explica que conseguiu tamanha visibilidade porque sempre tentou usar hashtags em outros idiomas, que permitiram a estrangeiros terem acesso ao conteúdo que ela compartilhava. Por conta disso, Natália pôde adquirir conhecimentos provenientes de outros países. "O intercâmbio de conhecimento foi absurdo, porque as pessoas de outros países não tem problemas em compartilhar o que elas sabem. Sempre tive muita ajuda nas redes sociais", esclarece sobre o processo e

apoio que teve para alcançar o reconhecimento que tem hoje. Além disso, desde que começou a fazer vídeos em inglês com sua receita de macarrone, sua carreira despontou. Como professora, ela admite que a conquista mais importante em sua trajetória é ver as fotos de seus alunos, os do Brasil ou não, nas quais eles conseguem acertar as receitas. "São muitos agradecimentos, eles ficam realmente muito agradecidos e felizes. É uma coisa que me comove muito e me incentiva a melhorar cada vez mais a qualidade do meu trabalho", admite sobre

os sentimentos que o seu trabalho traz consigo. Ela ainda acrescenta que um grande diferencial de seu trabalho nas redes e repassar o conhecimento na íntegra, ela não omite nada envolvendo as suas receitas. Natália ainda relata um episódio onde compartilhou sua receita abertamente no Instagram e muitas pessoas ficaram surpresas com essa decisão. "Hoje em dia, eu tenho muito mais aulas do que antes de ter investido nas redes sociais", esclarece sobre a importância de se dedicar ao seu trabalho como professora e uni-lo ao uso das redes sociais.

## Voto feminino no Brasil

# Primeiras eleitoras foram transgressoras

Fernanda Cruz  
Da Agência Brasil

Antes mesmo da instituição do primeiro Código Eleitoral do Brasil, em 1932, que permitiu o voto às mulheres, algumas transgressoras conquistaram esse direito, segundo Fátima Pacheco Jordão, socióloga, fundadora e conselheira do Instituto Patrícia Galvão. Fátima participou ontem de painel promovido pela Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo. Como a Constituição da época não proibia o voto

feminino, em 1928, Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher a obter o direito de votar no Brasil, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. "Esses comportamentos transgressores, que são muito típicos do feminismo do século 20, antecipam outras mudanças. A iniciativa dessa professora marca, de fato, a inserção do voto feminino", explicou. De acordo com Luciana de Oliveira Ramos, professora de pós-graduação e pesquisadora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, o

argumento contra o voto de mulheres era de que as casadas não expressariam uma voz diferente da de seus maridos, o que geraria uma duplicação de votos. No Brasil, as mulheres com renda puderam votar a partir de 1932. Em 1934, a lei tornou o voto obrigatório, mas apenas para aquelas que exerciam função remunerada. Apenas em 1946, o direito ao voto estendeu a obrigatoriedade a todas as mulheres. Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) inseriu na Declaração Uni-

versal dos Direitos Humanos que os governos devem fazer eleições periódicas com voto secreto e igualdade de gênero. A próxima conquista feminina é a igualdade de direitos na área política. Para a socióloga Fátima, os maiores obstáculos das mulheres estão dentro dos próprios partidos políticos e do sistema eleitoral. No Senado, 17,3% dos representantes são mulheres. Na Câmara dos Deputados, 9,9% são mulheres. No âmbito estadual, 11,4% de mulheres estão nas assembleias legislativas e

apenas uma mulher é governadora. Nas Câmaras Municipais, 13,3% são mulheres e 11,6% prefeitas. A socióloga avalia que a "luta pelo óbvio", os direitos iguais entre homens e mulheres, sempre encontrou resistência. "Eu não me lembro na história de resistências que encontraram tantos subterfúgios para contornar uma marcha civilizatória como esta. Por isso, explodiu esta força do feminismo agora." Fátima cita a recente Marcha de Washington, que levou ao mundo a pauta feminista por manu-

**Mulheres com renda puderam votar a partir de 1932. Em 1946, a obrigatoriedade se estendeu para todas**

tenção de direitos e combate a retrocessos, diante das perspectivas da nova era do presidente americano Trump. "A mensagem é: se vocês não cederem, vão ter que correr."

Ao tratar de qualidade de vida e bem-estar, essa reportagem pode ser enquadrada na categoria “Mulheres e saúde”, segundo o *Guia*. De acordo com essa publicação, a autonomia das mulheres também passa pela luta feminista no campo da saúde, o que se traduz, entre outros temas, na inclusão dos direitos reprodutivos como a conquista do planejamento familiar. No quesito saúde, portanto, embora a matéria de *A União* não apresente detalhadamente como o a fisioterapeuta aborda o tema nas plataformas digitais que utiliza, a fala destacada da entrevistada é reveladora da linguagem adequada a ser utilizada por profissionais de saúde em relação ao movimento que busca desfavorecer o fortalecimento de estereótipos elaborados contrariamente às mulheres e aos índios e afro-brasileiros em particular, os quais prejudicam também o acesso dessas populações aos serviços de promoção da saúde numa clara violação dos direitos humanos e negação da dignidade humana. Acerca dessa temática, salienta Basthi (2011, p. 23): “Qualquer restrição à liberdade sexual e reprodutiva e, portanto, ao direito da mulher de escolher a sua sexualidade e de exercer o controle sobre seu próprio corpo é considerada uma violação dos direitos humanos”.

Em seguida, *A União* fala da pessoense Natália Mendonça, de 26 anos, confeitadeira que usa as redes sociais como uma maneira de ensinar as pessoas de forma mais rápida e ampliar o conhecimento acerca do seu trabalho e a visibilidade daquilo que produzem seus alunos.

Por fim, a última reportagem da página 19, que tem por título, “Primeiras eleitoras foram transgressoras”, faz um relato histórico do voto feminino no Brasil e das perspectivas de futuro relacionadas ao empoderamento feminino (Figura 10). No texto, mostra-se que a professora Celina Guimarães Viana foi a primeira brasileira a conquistar o direito ao voto, em 1928, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, conquistando assim a inserção do voto feminino. No entanto, mostra a reportagem, apenas em 1964 é que a obrigatoriedade do direito ao voto alcançou todas as mulheres. Diz *A União*: “de acordo com Luciana Oliveira Ramos, professora de pós-graduação e pesquisadora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, o argumento contra o voto de mulheres era de que as casadas não expressariam uma voz diferente da de seus maridos, o que geraria uma duplicação de votos” (A UNIÃO, 2017, p. 19). Por outro lado, defende a publicação, a próxima conquista feminina será a da igualdade de direitos no campo político. Um dos maiores empecilhos a ser vencido nessa área é o da representatividade política que ainda não privilegia de maneira igualitária as mulheres nos partidos políticos e no sistema eleitoral, defende Fátima Pacheco Jordão, socióloga, fundadora e conselheira do Instituto Patrícia Galvão, que serviu de fonte para a reportagem. Segundo a reportagem,

A socióloga avalia que a ‘luta pelo óbvio’, os direitos iguais entre homens e mulheres, sempre encontrou resistência. ‘Eu não me lembro na história de resistências que encontraram tantos subterfúgios para contornar uma marcha civilizatória como esta. Por isso, explodiu esta força do feminismo agora’. (A UNIÃO, 2017, p. 19)

Nessa reportagem sobre direitos políticos, destaca-se a utilização de mulheres como fontes especializadas para tratar de um tema onde o protagonismo ainda é majoritariamente masculino. De acordo com o *Guia*, em todas as pautas é necessário optar pela diversidade na perspectiva de gênero, raça e etnia, pois “as mulheres são fontes igualmente qualificadas para atuar, sobretudo, nos espaços tradicionalmente masculinos”. (BASTHI, 2011, p. 43). Dessa forma, no texto em questão, a voz ativa concedida às mulheres trazidas pela reportagem confere a elas, de acordo com a perspectiva de gênero, um lugar de destaque e de valorização. O jornal, com isso, ancora-se na perspectiva de contribuir com a equidade de gênero.

No caderno Esportes (Figura 11), mais uma grande reportagem sobre mulheres e mercado de trabalho, com o título: “Nas ondas do rádio e da tv, elas dão um show nas transmissões”:

Como sempre acontece todos os anos o ‘Dia Internacional da Mulher’ é comemorado com orgulho, merecimento e muita luta de uma classe que nos últimos anos tem ocupado espaços importantes em todo (sic) os setores da sociedade. Na área esportiva, onde os homens predominavam, as mulheres estão ‘invadindo’ os meios de comunicação, mostrando que conhecem e dominam o assunto há muito tempo. Na Paraíba algumas jornalistas estão se destacando como apresentadoras, repórteres e comentaristas, discutindo e avaliando os espetáculos nas quatro linhas do gramado. (A UNIÃO, 2017, p. 21).

## Figura 11- O toque feminino na imprensa esportiva da Paraíba



# Nas ondas do rádio e da tv, elas dão um show nas transmissões

Comentaristas, apresentadoras ou repórteres de pista, as mulheres fazem um trabalho bem diferenciado

Wellington Sérgio  
wsergonbre@yahoo.com.br

**8** Como sempre acontece todos os anos o "Dia Internacional da Mulher" é comemorado com orgulho, reconhecimento e muita luta de uma classe que nos últimos anos tem ocupado espaços importantes em todo os setores da sociedade. Na área esportiva, onde os homens predominavam, as mulheres estão "invadindo" os meios de comunicação, mostrando que conhecem e dominam o assunto há muito tempo. Na Paraíba algumas jornalistas estão se destacando como apresentadoras, repórteres e comentaristas, discutindo e avaliando os espetáculos nas quatro linhas do gramado. Prestes a terminar o curso de Comunicação Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a estudante Gabriela Garcia já estava talentoso, competência e desembaraço na equipe de esportes do site Voz da Torcida, que foi fundado em 2011, além de fazer parte da produção da TV Corriço da Paraíba, afiliada da Rede Record. Há três anos na área, a garota de Cuiabá é uma das mulheres - a outra é Maria Isabel - que forma o grupo de 12 integrantes de estudantes, onde 10 são homens, e trans-

mitem o Campeonato Paraibano, Copa do Nordeste e a Série C do Brasileirão. No meio dos "marmalhões" as garotas são destaque e desenrolam os assuntos nas transmissões esportivas. Para Gabi, como é mais conhecida, tudo começou por acaso, quando foi assistir uma transmissão da equipe e convidada para falar sobre o que estava acontecendo durante a partida. O susto foi grande, mas soube desenrolar e dar sua opinião simples e direta. "Não esperava entrar no ar de imediato, mas soube desenrolar e falar sobre a partida", disse. De acordo com a jornalista foi amor à primeira vista, com o esporte fazendo parte da sua vida. Com relação ao que deseja fazer, já que iniciou como comentarista e depois repórter de pista, a jovem comunicadora disse que deseja aprender a cada dia com o restante do grupo. "Cada momento é um desafio na carreira de quem pretende seguir na área. Quero agradecer a equipe da Voz da Torcida pela oportunidade de fazer parte da equipe", frisou. Ela reconhece que trata-se de uma área que os homens ainda são maioria. "Queremos mostrar que podemos ocupar espaços e dar conta do recado. Mostra que a mulher vem batallhando e conseguindo quebrar tabus. Parabéns a todas as mulheres do mundo", comentou.



Gabi Garcia e Maria Isabel, do site Voz da Torcida, mostram talento e desembaraço nas transmissões esportivas do Campeonato Paraibano de 2017

### + Larissa e Amy exibem muita competência

Ao iniciar a carreira na área esportiva em 2011 a baiana Larissa Keren, repórter e produtora do Globo Esporte da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, enfatizou que no início foi difícil a adaptação. Com passagens por outros setores do jornalismo, Larissa, reconhece que o esporte é mais emocionante, em especial o futebol. "Tenho momentos inesquecíveis dentro do esporte que faz parte da minha vida. São pessoas nos estádios orando, torcendo, chorando e desmaiando, mostrando a força do esporte", avaliou. Ela diz não ver dificuldade na profissão por entender que as mulheres tem capacidades para exercer qualquer cargo. "Não é a toa que tivemos uma presidente comandando os destinos do país, coisa que nunca tinha ocorrido no Brasil.

Felizmente vários meios de comunicação estão contratando mulheres para trabalhar nos jogos. Porque não podemos mudar este quadro na imprensa esportiva da Paraíba? Ela ressaltou que a mulher sempre foi importante e está cada vez mais focada em ocupar o seu espaço em todos os setores da sociedade. "Parabéns pelo nosso dia e a todas que colaboram para que a classe esteja em alta em pleno século", disse. Já a paraibana de Campina Grande, Amy Nascimento, começou na imprensa há seis anos, fazendo matérias para a TV Borborema. Ano passado, recebeu um convite da TV Esporte Interativo para trabalhar como repórter de pista da emissora. Inicialmente não entendia nada de futebol, mas com a colaboração dos

companheiros faz parte da equipe que transmite os jogos da Copa do Nordeste e do Campeonato Paraibano. "Foi uma coisa que aconteceu por acaso, que deu certo e faço com carinho e amor", observou. Sobre as mulheres ocupando espaços importantes em diversos segmentos, avaliou. Com relação ao dia dedicado as mulheres, a jornalista enfatizou que a cada ano a mulher vem surpreendendo e superando barreiras. "É a força da mulher revolucionando todos os setores da sociedade. Quero parabenizar todas as mulheres do planeta", observou.



Amy Nascimento, do Esporte Interativo, diz que entrou na profissão por acaso

“Tenho momentos inesquecíveis que faz parte da minha vida. São pessoas nos estádios orando, torcendo, chorando, mostrando a força do esporte”



Larissa Keren (Q), da TV Cabo Branco diz que o futebol lhe trazou ser repórter durante em jogos do Estadual e da Copa do Nordeste

Neste caso, as personagens são quatro jovens paraibanas que trabalham na imprensa esportiva do Estado, sendo que duas delas ainda ocupam os bancos da faculdade. Sobre Gabriela Garcia e Maria Isabel, a reportagem anota que elas se destacam no meio dos “marmanjos” e conseguem “desenrolar” bem os assuntos nas transmissões esportivas. De acordo com o jornal, Gabriela reconhece a importância da presença da mulher numa área que é ainda tradicionalmente ocupada por homens. Diz a jovem estudante: “Queremos mostrar que podemos ocupar espaços e dar conta do recado. Mostrar que a mulher vem trabalhando e conseguindo quebrar tabus” (p. 21).

Outra mulher entrevistada na reportagem é a baiana Larissa Karen. Ela relatou a dificuldade que teve no início da carreira para se adaptar ao meio esportivo, em 2011, mas avaliou como positivo o fato de as mulheres em qualquer profissão serem capazes de exercer qualquer cargo. Disse a jornalista:

‘Não é a toa que tivemos uma presidente comandando os destinos do país, coisa que nunca tinha ocorrido no Brasil. Felizmente vários meios de comunicação estão contratando mulheres para trabalhar nos jogos. Porque não podemos mudar este quadro na imprensa esportiva da Paraíba’. Ela ressaltou que a mulher sempre foi importante e está cada vez mais focada em ocupar o seu espaço em todos os setores da sociedade. ‘Parabéns pelo nosso dia e a todas que colaboram para que a classe esteja em alta em pleno século’, disse. (A UNIÃO, 2017, p. 21).

Amy Nascimento é repórter de TV e conta que exerce a profissão com amor e carinho, embora tenha chegado às transmissões de futebol por acaso. Ela também acredita que ao ocupar espaço nas equipes esportivas da imprensa a mulher tem a oportunidade de mostrar o seu valor seja em qual atividade for. Para Amy, ‘A realidade hoje é outra e as mulheres estão ocupando espaços importantes em diversos segmentos’, avaliou. Com relação ao dia dedicado às mulheres, a jornalista enfatizou que a cada ano a mulher vem surpreendendo e superando barreiras. ‘É a força da mulher revolucionando todos os setores da sociedade’. (A UNIÃO, 2017, p. 21).

Essa reportagem é exemplar das transformações que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos em relação à evolução gradual do protagonismo da mulher na sociedade. Ao mostrar que a mulher não mais ocupa apenas determinados nichos no campo do trabalho, mas agora também postos significativos no mercado, *A União* reverbera a ideia de “eliminar a discriminação em matéria de emprego e ocupação” (BASTHI, 2011, p. 19). É o tipo de tratamento que afasta estereótipos presentes no imaginário social de que mulheres são

inferiores a homens e, portanto, devem ter em relação a esses um comportamento de submissão. A reportagem, dessa maneira, reflete a capacidade intelectual da mulher, o que é elogiável quando se discute representação feminina e discursos dos meios de comunicação. Além disso, pela perspectiva do fazer jornalístico também focado na reportagem, a presença de mulheres trabalhando como jornalistas em um tipo de cobertura e análise onde predominam os homens tem grande impacto na opinião pública quanto à importância da equidade e diversidade de gênero na mídia.

A última reportagem de *A União* que faz referência ao 8 de março diz respeito ao início do campeonato brasileiro de futebol feminino, sob o título “Campeonato Brasileiro Feminino começa sábado com novidades”. O texto está na página 22 da publicação (Figura 12). Uma das fontes da reportagem é Manoel Flores, diretor de competições da organizadora do torneio. De acordo com a publicação,

Para Manoel Flores, diretor de competições da CBF [Confederação Brasileira de Futebol], um campeonato forte para a modalidade só ajuda a reforçar que o esporte não tem gênero e foi feito para que todos participem. ‘O esporte, e o futebol se incluem nisso, foi feito para todos. Acreditamos que o futebol feminino tem um papel muito importante nisso e só tem a crescer como uma competição mais sólida, forte e equilibrada’. (A UNIÃO, 2017, p. 22).

## Figura 12- Inclusão da mulher através do esporte

22 A UNIÃO | João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 8 de março de 2017

Esportes

# Campeonato Brasileiro Feminino começa sábado com novidades

Na semana das mulheres, CBF destaca a competição em que os clubes agora farão 14 partidas na primeira fase

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a bola vai rolar para a abertura do Campeonato Brasileiro Feminino 2017 - Série A-1. A partir do próximo sábado (11), pelo quinto ano seguido, as meninas irão mostrar, pelos gramados do país, que o seu lugar também é no futebol.

Para Manoel Flores, diretor de competições da CBF, um campeonato forte para a modalidade só ajuda a reforçar que o esporte não tem gênero e foi feito para que todos participem.

"O esporte, e o futebol se incluem nisso, não tem gênero, foi feito para todos. Acreditamos que o futebol feminino tem um papel muito importante nisso e só tem a crescer com uma competição mais sólida, forte e equilibrada" destacou.

Com novidades - a principal delas é a criação de mais uma divisão: a Série A-2, também com 16 clubes - a competição vai ter maior duração. Deste modo, as jogadoras da modalidade ficarão em atividade por mais tempo no decorrer do ano. Manoel lembra que estas mudanças foram solicitadas pelos próprios clubes e acredita que, a partir de agora, o campeonato será ainda mais forte.

"A nossa expectativa para a competição é a melhor possível. A CBF vive um novo momento no futebol feminino e, para sacramentar este bom momento, esperamos que a competição cresça. Foi um pedido dos clubes para fazer duas divisões, para que desse mais cotas, ficasse



O Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino agora tem duas divisões para os clubes, dando mais vitórias às mulheres. Acredite: o esporte é feito para a Segunda Divisão

mais equilibrado. Tudo foi atendido e esperamos que o campeonato fique ainda melhor" acrescentou.

Na visão do coordenador de futebol feminino da CBF, Marco Aurélio Cunha, o novo modelo de disputa do Brasileiro Feminino irá beneficiar a todos: clubes e atletas.

"Acredito que o mais im-

portante foi o aumento de número de jogos. Antes, com as fases preliminares, uma equipe jogava quatro vezes e podia estar fora. Agora vai ter um número de base grande. Isso ajuda o clube a divulgar o time na cidade e buscar patrocínio para um determinado período, por exemplo. Acho que esse é o melhor ca-

minho: fazer essas jogadoras terem lastro e jogarem. É o caminho que a CBF tem para fomentar o futebol feminino, que já é um modelo absorvido no Brasil".

O novo formato

A Série A1 começa no próximo fim de semana. O formato prevê dois grupos,

de oito clubes cada, com turno e retorno. Avançando às quartas de final os quatro times melhores colocados de cada grupo. Nesta fase, serão disputados jogos de ida e volta, assim como na semifinal e na final. Portanto, as equipes que chegarem à decisão terão feito 20 partidas. Os times eliminados na primeira

fase terão atuado 14 vezes. A Série A2 tem previsão de início para maio. Com as divisões, a competição agora terá acesso e descenso. As duas equipes piores colocadas na A1 em 2017, disputarão a A2 em 2018. Consequentemente, os dois finalistas da A2 em 2017, disputarão a A1 em 2018. E assim a cada ano.

## Arena da Baixada será palco da fase final da Liga Mundial de Vôlei em julho

A Liga Mundial, primeira competição do novo momento da Seleção Brasileira Masculina de Vôlei, sob o comando de Renan Dal Zotto, terá sua Fase Final disputada em casa. A Federação Internacional de Vôlei (FIVB) e a Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) confirmaram ontem que as finais, entre as cinco seleções mais bem classificadas, mais o Brasil, serão

um grande evento realizado no Estádio Atlético Paranaense, em Curitiba (PR), de 4 a 8 de julho deste ano.

Essa será a segunda experiência do vôlei no campo do clube paranaense. No dia 3 de setembro de 2016, a CBV realizou o Desafio de Ouro neste mesmo local em comemoração à conquista da medalha dourada nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e o evento foi um

sucesso de público, com a presença de 33 mil pagantes. O Estádio Atlético Paranaense, que foi uma das sedes da Copa do Mundo de futebol em 2014, tem cobertura, o que garante proteção contra chuva e sol, e piso sintético, facilitando a operação de instalação de uma quadra de vôlei no campo.

Garantida na Fase Final por ser a sede, a Seleção

Brasileira terá a oportunidade de disputar a fase classificatória sem a necessidade de vitórias. Neste tempo, Renan Dal Zotto terá a chance de deixar o grupo cada vez mais entrosado, já que terá menos de um mês de treinamento antes da estreia na Liga Mundial.

O primeiro jogo do Brasil na competição será no dia 2 de junho, contra a Polônia, em Pesaro, na Itália.



Frankie Fredericks regressa à cena olímpica na Rio 2016

## Ex-atleta renuncia ao cargo após denúncia

O ex-atleta namibiano Frankie Fredericks, cujo nome apareceu na imprensa francesa associado a suspeitas de corrupção durante o processo de escolha da Rio-2016, anunciou ontem sua renúncia da presidência da Comissão de Avaliação dos Jogos Olímpicos de 2024 no Comitê Olímpico Internacional (COI).

"Renúncio ao meu posto de presidente da Comissão de Avaliação dos Jogos de 2024, já que é essencial que o trabalho importante feito por meus colegas seja considerado realizado de maneira justa e imparcial", declarou Fredericks, em um comunicado transmitido à AFP.

"Paris e Los Angeles apresentam duas candidaturas fantásticas e não quero

ser um elemento perturbador nesta grande competição", acrescentou Fredericks.

Membro do COI desde 2012, o ex-campeão mundial dos 200 metros acrescenta que não participará da votação para a designação da cidade organizadora dos Jogos de 2024, em setembro em Lima. Na última segunda-feira, a Federação Internacional de Atletismo (IAAF) havia anunciado, por sua vez, que Fredericks havia sido substituído no seio do grupo de trabalho. Em um artigo publicado no sábado, 4 de março, o jornal francês Le Monde afirmou que Frankie Fredericks recebeu um pagamento de US\$ 299.300 no dia da atribuição dos Jogos Olímpicos pelo COI ao Rio, em 2 de outubro de 2009 em Copenhague.



A Arena da Baixada já foi palco do Desafio de Ouro no Rio de Janeiro, antes dos Jogos Olímpicos de 2016 e recebeu um público de 33 mil pagantes

No desenvolvimento do futebol brasileiro há uma questão historicamente profunda que é a presença do negro no esporte, o que se relaciona com a aceitação e legalização dele dentro de campo<sup>1</sup>. Essa discussão passa, assim, pela inserção do afro-brasileiro no esporte e pela profissionalização do futebol no país. E no caso da mulher em campo, qual sentimento desperta naqueles para quem a disputa entre as quatro linhas é “paixão nacional”? Sobre essa matéria de *A União*, ao focar o detalhamento da competição a partir da fórmula de disputa, ela incide no erro, segundo o *Guia*, de veicular reportagem com recorte de gênero, raça e etnia com pouco destaque porque claramente trata o evento como uma notícia menor.

Diante do quadro reconhecidamente relacionado ao tema racial, por que deixar de fora novos pontos de vista que poderiam ser aplicados à emergência da mulher na disputa futebolística? Há times paraibanos na disputa noticiada? Qual o perfil social e étnico das atletas participantes? Qual o grau de profissionalismo já atingido por essa modalidade esportiva no Brasil? Como se comportam dirigentes em meio à integração do gênero feminino num ambiente majoritariamente ocupado por homens? Que tipo de identificação guarda a torcida com a equipe de futebol quando quem está defendendo a camisa do time é uma equipe composta de mulheres? São questionamentos que poderiam ser levado em conta por *A União*, como quem deseja de fato fazer perceber, seguindo as palavras do entrevistado, que o início de um novo tempo para o futebol está realmente começando. E também, por outro lado, para sancionar a observação do *Guia* no que diz respeito à lembrança de que “os temas que afetam as mulheres são assuntos que afetam a sociedade em geral” (BASTHI, 2011, p. 48).

---

<sup>1</sup> Sobre isso, ver a dissertação de Mestrado *A Folha de São Paulo e o racismo no futebol brasileiro: análise das coberturas jornalísticas nos casos Desábato/Grafite e Patrícia Moreira/Aranha* (2016), de Bibiana Hegele Bolson.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da leitura de *A União*, conclui-se, portanto que com este estudo foi possível discutir o vínculo entre as práticas midiáticas e a produção e circulação de estereótipos a partir de relações como as de gênero, raça e etnia, especialmente quando se trata de mulheres negras e indígenas. Grupos populacionais esses que, em decorrência de processos históricos de diferenciação, foram/são investidos cotidianamente em posições hierárquicas inferiores.

No que se refere aos resultados encontrados, constatamos um importante destaque conferido discursivamente nas páginas de *A União* aos temas da equidade de gênero e do combate à discriminação étnica em meio aos avanços oriundos das lutas sociais referentes a essas ideias. Em contrapartida, no que se refere às políticas públicas adotadas em favor do fim do racismo, o jornal perdeu uma importante oportunidade de intensificar o debate pelo ponto de vista da atuação da mídia na direção da superação de visões distorcidas relacionados aos padrões de beleza e ocupação da mulher na vida social. A ocasião permitia ao jornal se acostar ainda mais a uma série de políticas e medidas afirmativas reparadora de injustiças sociais como uma relevante estratégia de superação de um processo histórico de submissão e desigualdades causador de péssimas condições de vida, trabalho, saúde e educação para as afrodescendentes.

Discutir a pertinência do estudo das questões de gênero, raça e etnia para os meios de comunicação é importante porque tem a finalidade de garantir não apenas uma melhor compreensão de profissionais jornalistas no tocante a essa temática como também assegurar a produção de conhecimento para o desenvolvimento de uma mídia plural e mais igualitária. Nesse sentido, a relevância deste trabalho é verificada na medida em que alavanca o desenvolvimento de estudos com foco nas relações entre as práticas comunicacionais (impressa, televisiva, radiofônica e digital, entre outras) e seus reflexos sobre a cultura e a sociedade.

No tocante à formação jornalística, é um alerta para a importância da formação de estudantes de jornalismo e a atualização de profissionais de mídia com atuação no mercado acerca do debate sobre o jornalismo e as relações étnicorraciais e de gênero. É também pertinente porque propicia, a partir desse campo de atuação profissional, uma visão positiva da população negra e indígena, estimulando o respeito à diversidade e à tolerância.

Como já salientado, sobre a discriminação racial da população negra e indígena, é preciso fomentar uma perspectiva de mídia voltada para a pluralidade e isenta do reforço de

estereótipos negativos. O fortalecimento dessa medida, por sua vez, é aplicado em face de um movimento de base de uma nova educação que mira mudanças de mentalidade e comportamentos em relação à história do povo negro e das comunidades indígenas na sociedade brasileira. É preciso investir na desarticulação de um quadro discriminatório ainda existente no país e na medida adequada preservar os índices da herança histórica desses dois grupos sociais e os seus valores culturais que muitas vezes ainda são invisibilizados pelo ideário popular. Evidentemente, um dos pontos de maior relevância é a prestação de informações para além daquelas apegadas a uma única visão da realidade.

Tendo em vista a busca desse objetivo, pelo que foi discutido neste estudo, o *Guia para Jornalistas sobre Raça, Gênero e Etnia*, de Angélica Basthi, é um manual de importância significativa porque contribui com uma nova abordagem epistemológica e metodológica de combate ao racismo e promoção da igualdade racial e de gênero na construção do discurso midiático voltados para a pluralidade e isenta do reforço a estereótipos negativos. Destaca-se, assim, a importância do manual em estudo para a formação de estudantes de jornalismo e atualização de profissionais de mídia com atuação no mercado acerca do debate sobre o Jornalismo e as relações étnicorraciais e de gênero.

## REFERÊNCIAS

**A União.** João Pessoa: Paraíba, 8 de março de 2017. Ano CXXIV, número 30.

ALFANO, Bruno. **‘O pobre é que sofre’, diz Angélica, babá de foto polêmica em manifestação.** Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/rio/o-pobre-que-sofre-diz-angelica-baba-de-foto-polemica-em-manifestacao-rv1-1-18876978.html#ixzz4Bx1pDZ91> > Acesso em: 18 de junho de 2016.

BASTHI, Angélica. **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia.** Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência e Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, p. 71-98.

BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo.** São Paulo: Editora moderna, 1997.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado / enunciado concreto / enunciação. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2005. p. 62 - 78.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** Tradução de Angela M. S. Correa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CAPRINO, Mônica. **Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação.** São Paulo, 2002. Resumo de tese de doutorado.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CITELLI, A. O. **Meio de comunicação e Educação.** UNISINOS. São Paulo: Jan./abr. 2000, p. 30 - 36.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. COELHO, Haydée Ribeiro. Regionalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura.** Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: identidade em construção.** São Paulo: Pallas, 2000.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **ECO-PÓS**, v. 7, n. 2, p. 45-71, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 87 - 116.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Página consultada a 6 de agosto de 2012, < <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA. Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 06-14, jul-out. 2012.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353 - 392. (Volume 3)

RAYMOND, Williams. Cultura. In: \_\_\_\_\_. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 118 - 125.

ROSO, A.; Strey, M. N.; GUARESCHI, P.; e BUENO, S. M. N. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & Sociedade**. jul./dez. 2002.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2005.

SAISI, Katia. Estética e política, mais um espetáculo de consumo na sociedade midiática. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José. **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção Comunicação).

SCOTT, Jonh. **Sociologia – Conceitos-chave**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

WILLMERSDORF, Pedro. **Foto de casal acompanhado de babá em manifestação divide opiniões nas redes.** Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/brasil/foto-de-casal-acompanhado-de-baba-em-manifestacao-divide-opinioes-nas-redes-18866609.html#ixzz4Bx2O45KE> > Acesso em: 18 de junho de 2016.

**Ministério da Justiça processa Devassa.** Disponível em: < <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2013/10/04/minist-rio-da-justica-processa-devassa.html> > Acesso em: 26 de outubro de 2017.

**Propaganda de cerveja Devassa é considerada abusiva.** Disponível em: < <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/propaganda-da-cerveja-devassa-e-considerada-abusiva-39y5r392ilfh7y1lfemafy1ji> > Acesso em: 26 de outubro de 2017.